

## Relatório da Administração - Exercício de 2013

### Apresentação

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia, elaborados em conformidade com a legislação societária e demais normativos legais, os quais resumem o desempenho de suas atividades no exercício de 2013. O Relatório deve ser lido em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas, notas explicativas e pareceres.

### Banco da Amazônia – Há mais de 71 anos movimentando a Região

A história do Banco da Amazônia se confunde com a própria história dessa imensa Região. Ao longo dessa trajetória, o Banco se mostra cada vez mais necessário e indispensável ao desenvolvimento sustentável da Amazônia, trazendo melhores condições de vida para o povo que aqui vive.

Principal instituição financeira da Região Norte, o Banco da Amazônia tem uma história diferenciada que já iniciou de forma grandiosa, com a importante missão de suprir, aos países aliados, a demanda pela borracha durante a Segunda Guerra Mundial e, assim como nenhum produto sintético consegue substituir a borracha nativa da Amazônia, nenhuma outra instituição financeira consegue substituir esta instituição em sua nobre missão para com a Região.

Em 2013, mais uma vez o Banco mostra o seu comprometimento com as políticas públicas e com o desenvolvimento da Amazônia, aplicando mais de R\$4,72 bilhões apenas com os recursos provenientes do Fundo Constitucional de Desenvolvimento da Região Norte, o FNO. Uma prova desse trabalho é constatada no programa "FNO Itinerante" que realiza atendimentos nas localidades mais longínquas, para aqueles empreendedores que têm dificuldades em ser atendidos em uma das unidades do Banco. É o Banco democratizando o acesso ao crédito e melhorando a vida das pessoas.

### 1. Panorama Econômico

O ano de 2013 foi um ano desafiador para o Brasil, marcado por uma atividade econômica de grande volatilidade, evidenciada nas variações trimestrais do PIB, que mostraram crescimento zero no primeiro trimestre, de 7,2% no segundo e de -2,0% no terceiro. Pelo lado da demanda, esse comportamento caracterizou os elementos que possuem histórico de trajetória mais estável como o consumo do governo (variações de -1,8%, 2,0% e 4,9% nos três trimestres), o setor de serviços (0,6%, 3,0% e 0,3%) e o consumo das famílias (-0,5%, 1,4% e 4,0%).

Fatores externos e internos como as manifestações populares que ocorreram nos meses de junho e julho, quando a população pleiteou melhorias nos serviços públicos, principalmente nas áreas de transporte e saúde; a expectativa para a diminuição do relaxamento monetário nos Estados Unidos; e a elevação da taxa de juros SELIC para conter a resiliência do processo inflacionário, foram, também, outras variáveis que levaram à instabilidade da economia.

Mesmo diante do cenário de instabilidade a produção industrial brasileira, segundo o IBGE, acumulou alta de 1,2% nos dez primeiros meses do ano, na comparação com igual período do ano anterior e o comércio varejista registrou elevação de 4,0% na quantidade comercializada no acumulado do mesmo período. Esse resultado ocorreu em razão do aumento do poder de compra da população, decorrente do crescimento da massa de rendimento e da estabilidade do emprego, além da implantação do programa Minha Casa Melhor em julho de 2013.

No que se refere ao estoque de crédito, no acumulado de janeiro a novembro, as concessões de crédito aumentaram 15,94%. Desta forma, a relação entre o crédito e o PIB, em novembro, alcançou o patamar de 55,6%, ante 52,9% do mesmo mês do ano anterior. Nesse sentido, ocorreu crescimento de 16,50% nas concessões de crédito destinadas às pessoas físicas e de 15,47% às voltadas para as pessoas jurídicas, na comparação com novembro de 2012.

No segmento de concessão de crédito na região Amazônica, o Banco da Amazônia desempenhou de forma relevante sua função de agente indutor do desenvolvimento regional, injetando na economia R\$5,3 bilhões, apenas no que se refere a crédito de fomento, o que representa um aumento da ordem de 19,5% em relação às contratações efetivadas em 2012.

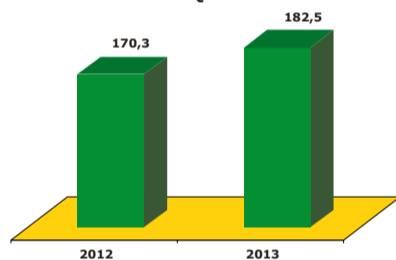
### 2. Principais alterações de estrutura

A atual Administração, com o objetivo de fortalecer sempre a atuação do Banco, tem desenvolvido ajustes na estrutura organizacional diante dos novos desafios, buscando o aperfeiçoamento do fluxo de processos, a qualificação das decisões de crédito e a renovação do quadro de colaboradores, por meio da realização de concurso público para a formação de Cadastro Reserva, a serem convocados de acordo com sua necessidade.

### 3. Resultado

O lucro líquido de R\$182,5 milhões representou um aumento de 7,2% em relação ao exercício de 2012 que foi de R\$170,3 milhões.

#### RESULTADO LÍQUIDO EM MILHÕES



As receitas com a carteira de títulos e valores mobiliários, a prestação de serviço, inclusive tarifa bancária, e o *De/credere* recebido advindo das operações com o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), foram os itens de receita que apresentaram crescimento.

O crescimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, na carteira do Banco, acompanhou a evolução da carteira de crédito.

Os eventos não recorrentes que contribuíram positivamente para o resultado foram concentrados em recuperação de operações já honradas pelo Banco perante o FNO e a reversão de provisão que excedeu aos 50% da responsabilidade do Banco com os planos previdenciários administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF).

As operações de crédito realizadas com recursos do FNO são de risco compartilhado, cabendo ao Banco 50% desse risco. Em razão do crescimento da carteira a exposição ao risco também cresceu, o que provocou elevação da provisão, principalmente na carteira rural.

Em 2013, o ajuste da provisão das operações com risco compartilhado foi significativo superando em 71,9% o de 2012.

A política de contingenciamento adotada pela Administração aliada ao estabelecimento de metas de redução de despesas gerenciáveis permitiu que as despesas administrativas registrassem pouco crescimento, sendo que as elevações ocorreram nos itens que estão vinculados a contratos.

Outros fatores levaram ao crescimento das despesas, como a atualização dos contratos firmados pelo Banco com a CAPAF, porém todos devidamente mensurados e quantificados quanto aos impactos no resultado.

Os efeitos do crédito tributário ativado no resultado são avaliados por um Comitê composto por representantes de cada Diretoria e têm por base Estudo Técnico, na forma da Res. CMN nº 3.059/2002, inclusive quanto a avaliação por parte da auditoria independente responsável pela emissão do relatório sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Referido estudo é examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos órgãos da administração, conforme estabelecido pela Circular do Banco Central nº 3.171/2002.

### 4. Desempenho

#### Carteira de Crédito

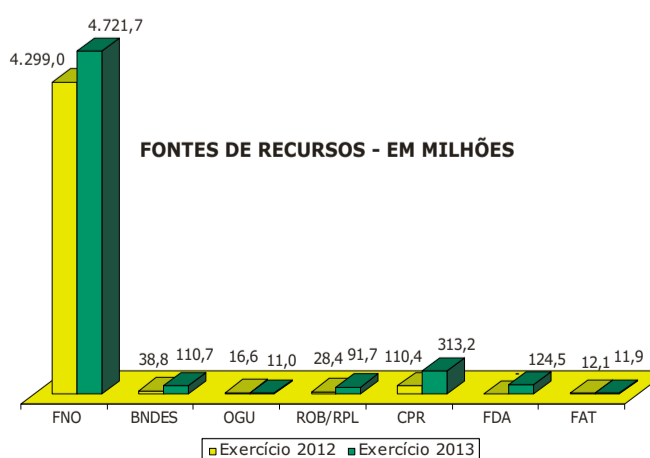
##### 1. Fomento

O Banco, como principal agente financeiro do governo federal, foca sua estratégia no atendimento ao crédito para o desenvolvimento da região Amazônica, especialmente o fomento, que se caracteriza no fornecimento de recurso para impulsionar o setor produtivo e redução das desigualdades regionais.

Considerando ser a sua principal missão, o Banco tem focado suas ações no atendimento ao crédito de fomento, priorizando o atendimento dos segmentos da economia que contribuem com parcela significativa, dentre outras, para o desenvolvimento regional, melhoria da qualidade de vida do povo e crescimento da oferta de mão de obra.

Para atender a demanda do crédito de fomento, o Banco atua com fontes variadas de recursos, sendo a principal o FNO.

Durante o exercício de 2013, o total de recursos de fomento aplicado na Amazônia Legal, incluindo todas as fontes, foi de R\$ 5.384,7 milhões, sendo R\$4.721,7 milhões do FNO; R\$110,7 milhões do BNDES; R\$124,5 milhões do FDA; R\$11,0 milhões do OGU; R\$11,9 milhões do FAT; R\$91,7 milhões Recursos próprios obrigatórios (ROB/RPL); e R\$313,2 milhões da caderneta de poupança. O total contratado em 2013 representa incremento de 19,5% em relação a 2012 (R\$4.505,3 milhões)



Desempenho dos programas direcionados ao fomento em 2013:

##### Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

Em 2013, dentro desse Programa em que são financiadas as atividades produtivas na Região, foram concedidos créditos aos agricultores familiares no total de R\$670,0 milhões, com 41.629 contratos efetivados.

No âmbito do Plano Safra 2012/2013, o Banco tinha aplicado até junho de 2013, R\$823,4 milhões, ultrapassando em 55,35% a meta estabelecida para aquele plano, sendo realizadas 63.823 operações de crédito neste período.

No Plano Safra 2013/2014, o Banco apresentou um volume de contratação, no período de julho até dezembro, de R\$330,4 milhões, representando 55,06% da meta pactuada para este plano, tendo sido efetivados neste período 19.942 contratos.

##### Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)

Em adesão ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (PMPO) do Governo Federal – Programa Crescer, o Banco possui o Programa "Amazônia Florescer", que possibilita o acesso ao crédito dos empreendedores populares da Região Amazônica tendo por filosofia o relacionamento direto e permanente no próprio local onde é executada a atividade econômica mediante empréstimos sequenciais, graduais e sob medida para suas necessidades, com acompanhamento do seu desenvolvimento individual e do negócio.

Através desse Programa foram concedidos, em 2013, financiamentos para 39.088 clientes no valor total de R\$64,0 milhões, com média de R\$1.638,00 por cliente. Desde 2007, já foram atendidos 87.838 clientes totalizando R\$120,0 milhões.

A vertente Rural do MPO, no âmbito do PRONAF, atendeu, em 2013, as necessidades de crédito de 7.575 agricultores familiares, aplicando o montante de R\$20,0 milhões. Desde a implantação do Programa em 2009, já foram atendidos 14.458 agricultores familiares com recursos que totalizam R\$35,7 milhões.

##### Cultura Regional

A concessão de crédito e apoio financeiro aos projetos culturais, objetivando promover a economia criativa para o desenvolvimento econômico e sociocultural, também faz parte do portfólio de programas do Banco. Para tanto, no exercício de 2013, as contratações atingiram R\$47,0 milhões, ultrapassando em 5,4% a meta do exercício, que foi de R\$44,6 milhões. Em relação a 2012, houve retração de 9,6% no volume de recursos contratados, no total de R\$51,9 milhões.

##### Turismo em Bases Sustentáveis

Através do Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, foi ampliado o crédito destinado ao turismo regional em bases sustentáveis, tendo sido destinados R\$626,9 milhões, ultrapassando em 123,2% a meta do exercício, no total de R\$280,9 milhões. Em relação a 2012, houve retração de 20% no volume de recursos aplicados, no total de R\$783,3 milhões.

##### Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Desde 2007, foram contratados pelo Banco da Amazônia 41 projetos infraestruturantes no âmbito do PAC, no total de R\$7,0 bilhões.

Esses créditos tiveram como fonte os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). São projetos infraestruturantes ligados a produção/geração/transmissão de energia elétrica, saneamento básico, telecomunicações e construção de terminal portuário, gerando emprego e renda e contribuindo para o desenvolvimento da Região Norte e melhoria da infraestrutura do País. Em 2013, foram contratados 3 projetos, totalizando em R\$322,3 milhões, sendo R\$124,5 milhões do FDA, R\$147,2 milhões do FNO e R\$50,6 do BNDES.

##### Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), criado pela Constituição Federal de 1988 (art.159), regulamentado pela Lei n.º 7.827/1989, com alterações através das Leis Ordinárias n.ºs 9.126/1995, 10.177/2001, 11.775/2008 e 12.716/2012, Medidas Provisórias n.ºs 2.196/2001 e 581/2012 e é administrado pelo Banco da Amazônia S.A. Caracteriza-se por ser uma fonte estável de recursos de longo prazo para a ação creditícia de fomento.

Os recursos do FNO são aplicados em conformidade com a legislação vigente e de forma alinhada às diretrizes e prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas, planos e programas para a Amazônia.

Assim, alinhado ao Plano de Aplicação aprovado, as contratações de 2013 alcançaram o montante de R\$4,72 bilhões, ultrapassando em 1,5% a meta interna estabelecida pela Administração que foi de R\$ 4,65 bilhões. O incremento, em relação ao exercício anterior foi de 9,8%, correspondendo a R\$4,30 bilhões.

Os recursos injetados na economia da região Amazônica também cresceram passando de R\$2.622,8 milhões em 2012 para R\$3.577,9 milhões em 2013, representando alavancagem de 36,4%.

Tais contratações foram realizadas através de seis programas de financiamento:

1. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF);
2. Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável);
3. Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade);
4. Programa de Financiamento ao Empreendedor Individual (FNO-EI);
5. Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (FNO-MPE); e
6. Programa Emergencial para Enchentes (FNO-Emergencial).

##### FNO - PRONAF

Mantendo a prioridade no crescimento do público abrangido pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Banco direcionou, em 2013, recursos do FNO na ordem de R\$612,8 milhões beneficiando 32.498 agricultores.

Atividade	Ano 2012		Ano 2013		% crescimento	
	Qtd.	Contratado	Qtd.	Contratado	Qtd.	Contratado
AGRICULTURA	14.633	174,2	14.419	164,3	(1,46)	(5,67)
AQUICULTURA	1.805	11,1	2.149	12,1	19,06	8,59
PECUÁRIA	15.204	404,8	14.435	414,2	(5,06)	2,32
PESCA ARTE-SANAL	1.161	10,5	1.200	14,3	3,36	35,83
AGROINDÚSTRIA	869	23,6	295	7,9	(66,05)	(66,51)
<b>Total geral</b>	<b>33.672</b>	<b>624,2</b>	<b>32.498</b>	<b>612,8</b>	<b>3,49</b>	<b>(1,83)</b>

##### FNO - Amazônia Sustentável

O Programa FNO-Amazônia Sustentável contribui para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, em bases sustentáveis, atendendo a todos os empreendimentos rurais e não rurais, através do financiamento a todas as atividades produtivas da Região. No exercício de 2013, o Banco da Amazônia contratou R\$3.431,5 milhões com recursos do FNO-Amazônia Sustentável.

##### FNO - Emergencial

O Banco da Amazônia contratou em 2013 o total de R\$97,1 milhões, com recursos do Programa FNO-Emergencial, financiando empreendimentos rurais e não rurais que foram atingidos pelas cheias de 2012. Desse total, foram contratados R\$40,8 milhões em operações ao abrigo do PRONAF, R\$7,2 milhões para o Rural e R\$49,1 milhões para não rural.

##### FNO - Biodiversidade

O FNO Biodiversidade está alinhado ao Programa Governamental de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), contemplando projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, dentre outros. Com recursos do Programa, o Banco da Amazônia aplicou em 2013 o total de R\$148,5 milhões em atividades florestais sustentáveis na Região, ultrapassando em 14,3% a meta do exercício, que foi de R\$129,9 milhões. Em relação a 2012, quando o Banco contratou R\$161,8 milhões, houve retração de 8,3%.

##### Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (FNO-MPE)

Em 2013, o apoio creditício às micro e pequenas empresas se constituiu em uma das prioridades para diversas ações do Banco que vê neste segmento um importante propulsor da economia nacional e de grande importância na sua atuação na região Amazônica.

Nesta linha de atuação, o Programa de crédito voltado exclusivamente para o segmento de micro e pequenas empresas não rurais (FNO MPE), permite o financiamento de todos os itens necessários à implementação do plano ou projeto, máquinas, equipamentos, construção civil, inclusive com a possibilidade do financiamento também na aquisição de imóveis para localização ou realocação de empreendimentos com mais de 2 (dois) anos.

Em 2013, as aplicações foram recordes neste segmento, passando de R\$531,8 milhões em 2012 para R\$669,6 milhões em 2013, um crescimento de 25,92%.

Na linha de crédito FNO GIRO-MPE, também específico para o segmento de micro e pequenas empresas, foi lançada ação denominada oferta ativa, que consistiu na seleção de base cadastral e envio de correspondência a clientes com o objetivo ofertar produto para capital de giro, visando o financiamento para aquisição de matéria-prima, insumos, bens ou produtos, necessários à formação ou manutenção do estoque do beneficiário para o desempenho de sua atividade.

Ainda no escopo de atendimento para as Micro e Pequenas empresas, foi lançado o FNO MPE Reforma e Ampliação com financiamento de até R\$300 mil e um prazo de até 60 meses e com até seis meses de carência, em um processo simplificado de proposta e de análise.

A participação do Banco no Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte se faz através de contribuições nos debates, alinhando com as demais instituições as ações para o apoio creditício a este segmento e esforços conjuntos para proposição de medidas que visam à melhoria do atendimento. Atualmente o Banco participa de dois comitês temáticos, o de Investimento e Financiamento e o de Comércio Exterior.

Em parceria com o Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Banco promoveu 82 seminários de orientação e acesso ao crédito contando com a participação de 5.071 empresários que receberam informações detalhadas sobre linhas de crédito e foram direcionados aos atendimentos financeiros.

Foi renovado em 2013 o convênio com a Associação Comercial do Pará (ACP-PA) onde são efetuados eventos

de esclarecimento aos empresários denominado "Balcão de Negócios" que visa o fortalecimento do empresariado local através de suporte creditício, bem como palestras orientadoras sobre as linhas de crédito ofertadas pelo Banco.

• **Programa de Financiamento ao Empreendedor Individual (FNO-EI)**

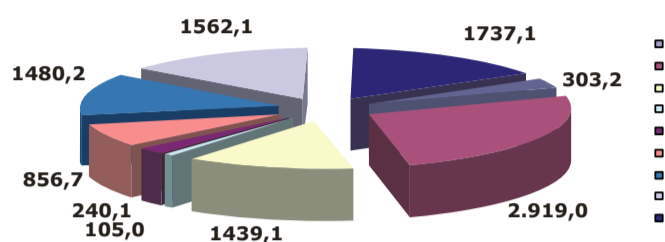
Criado em julho de 2011, o FNO MEI tem dado suporte creditício aos empreendedores individuais formalizados. Este recurso financia investimentos fixos e capital de giro até o montante de R\$15 mil e R\$5 mil, respectivamente, sendo a primeira operação até a metade deste valor.

O Banco tem buscado atuar, também, através de parcerias como o convênio com a Secretaria de Agricultura do estado do Pará (SAGRI) e a Associação dos Vendedores Artesanais de Açaí (AVABEL), com as quais foi assinado em julho de 2013, para financiar vendedores associados.

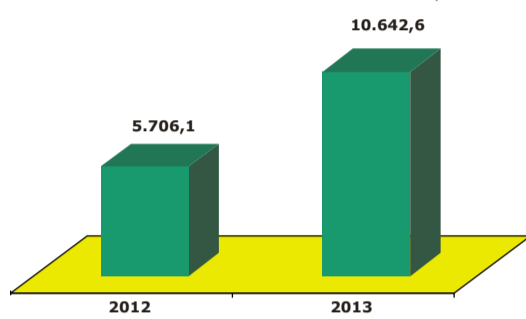
Em 2013, ocorreu elevação significativa no apoio ao microempreendedor individual sendo utilizados recursos do FNO e apoio através do Microcrédito Produtivo Orientado, para os estados do Maranhão e Mato Grosso. As aplicações cresceram 86,51% em relação ao ano de 2012, sendo R\$10,6 milhões com o atendimento de 2.142 empreendedores.

**2. Crédito Comercial**

APLICAÇÃO 2013 - EM R\$ MILHÕES



MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS EM R\$ MILHÕES



A carteira comercial se caracteriza por atender aos segmentos de pessoa física e jurídica por meio de oferta de crédito de curto e longo prazo, através de operações de câmbio, consignados, capital de giro, crédito rotativo, desconto de notas e duplicatas e outros produtos que venham a atender a necessidade do cliente, além de operações de curto prazo em complementação aos financiamentos de longo prazo na área de fomento.

O saldo médio dessa carteira no final de 2013 é de R\$1.247,9 milhões (R\$1.552,0 milhões em 2012).

**3. Política de Crédito**

Em sua atuação, o Banco reconhece a importância de ações socioambientalmente responsáveis e busca incorporar esses princípios na condução de seus negócios, nos financiamentos que concede e nos projetos que apoia ou desenvolve em parcerias, assim como atendendo segmentos da população e setores carentes de crédito, tais como populações indígenas, micro e pequenos empreendedores informais e agricultores familiares, bem como na manutenção das florestas, através de projetos que contemplem o manejo florestal e o reflorestamento.

Nas estratégias de ação, o Banco tem procurado atender, de maneira prioritária, setores produtivos organizados sob diversas formas, como, por exemplo, os Arranjos Produtivos Locais (APLs), cadeias produtivas e aglomerados econômicos, visando, sobretudo, à inserção de segmentos produtivos de menor porte, como da agricultura de base familiar.

Neste escopo, está inserida a ação creditícia que, também, tem seu fundamento estabelecido pelo planejamento estratégico que está alicerçado em diretrizes específicas, devidamente aprovadas pela Administração do Banco.

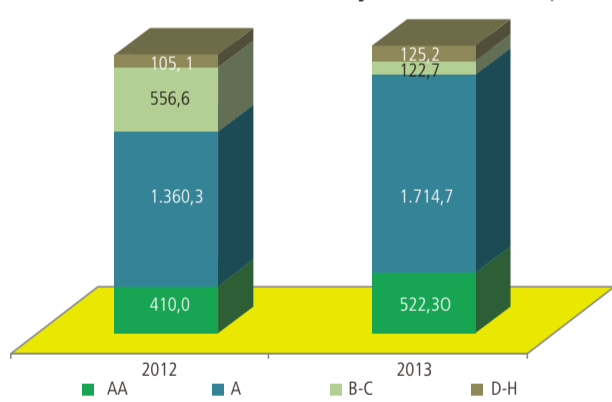
**4. Qualidade da Carteira de Crédito**

A carteira de crédito apresentou evolução de 2,2% em operações, encerrando o exercício 2013 com o saldo de R\$2.484,9 milhões (R\$2.432,0 milhões em 2012). O índice de qualidade (IQC) fechou em 8,8% (8,6% em 2012), com crescimento nos níveis de menor risco.

**5. Cobrança e Recuperação de Créditos**

O "Programa Supera Mais" é uma ação estratégica que foi desenvolvida para impulsionar os resultados, é composto pelos seguintes subprogramas:

CARTEIRA DE CRÉDITO CLASSIFICAÇÃO RISCO - EM R\$ MILHÕES



- Mais Crédito: criado para garantir que sejam alcançadas as metas relacionadas à expansão do crédito para a economia.
- Mais Recuperação: destinado à recuperação de crédito, viabilizando suplantar as metas estabelecidas.
- Mais Resultado: dedicado a otimizar os resultados da empresa em determinadas diretrizes, como elevação das receitas de tarifas, redução de despesas administrativas gerenciáveis, dentre outros.

O Programa é acompanhado diariamente com reporte mensal ao Conselho de Administração da empresa sobre os resultados alcançados. Conta com critérios e regras claras de apuração, acompanhamento e reconhecimento das unidades.

Em 2013, apresentou resultados satisfatórios quando foram superadas as metas de contratação e liberação de recursos do FNO, recuperação de crédito e redução de despesas gerenciáveis.

O Subprograma "Mais Recuperação" foi fundamental para alavancar a superação da meta orçamentária. O Banco da Amazônia recuperou em 2013, R\$125,4 milhões em todas as carteiras, superando em 28,75% o valor recuperado no exercício de 2012. Esse alcance também foi favorecido pelas renegociações, que totalizaram 853, entre operações ativas e já baixadas como prejuízo. O volume movimentado somente com renegociações foi de R\$46,3 milhões.

**6. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários**

A Carteira de Títulos e Valores Mobiliários permanece como o item de maior participação nos ativos totais. Ao final do exercício de 2013, essa Carteira alcançou o montante de R\$5.990,4 milhões, crescimento de 9,9% quando comparado ao exercício de 2012 (R\$5.452,1 milhões).

Composta de 73,6% por títulos públicos federais, especialmente Letras Financeiras do Tesouro (LFT), demonstra a posição conservadora do Comitê responsável pela política de aplicação da tesouraria. Os 26,4% de títulos privados são compostos, na maioria, por debêntures e certificados financeiros.

**7. Demais Ativos**

Os demais ativos estão representados pelas rubricas Disponibilidades, Aplicações interfinanceiras de Liquidez, Outros Créditos, Relações Interfinanceiras, Outros Valores e Bens e o grupo do Permanente, representando 22,8% do total de ativos (27,0% em 2012).

**8. Recursos de terceiros**

Os recursos de terceiros, especificamente depósitos, são provenientes de 190.984 correntistas, sendo 145.784 pessoas físicas e 45.200 pessoas jurídicas, totalizando recursos de R\$2,7 milhões, crescimento de 3,0%, em relação a 2012.

As maiores captações ocorreram nos depósitos a prazo que cresceram 32,6% e poupança que registrou alta de 8,4%.

**9. Repasses**

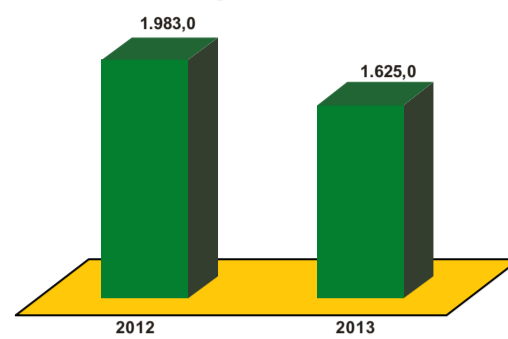
Além do FNO, o Banco dispõe de outras fontes de recursos, especialmente os do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), Orçamento Geral da União (OGU), Fundo da Marinha Mercante (FMM) e Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

As captações realizadas junto aos órgãos repassadores encerraram o exercício com o saldo de R\$521,6 milhões (R\$483,1 milhões em 2012), apresentando crescimento de 8,0% em relação a 2012 e participação de 4,2% no passivo total (4,6% em 2012).

**10. Patrimônio Líquido**

O registro da obrigação assumida pelo Banco junto à CAPAF, referente aos contratos para saldamento do déficit dos planos administrados por aquela Caixa de Previdência, levou a uma redução do Patrimônio Líquido de 18,1% em relação a 2012, passando de R\$1.983,0 para R\$1.625,0 milhões.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM R\$ MILHÕES



**11. Basileia**

A Resolução CMN nº 4192/2013 determinou a nova forma de apuração do patrimônio de referência (PR), a partir de outubro/2013, pelas instituições financeiras.

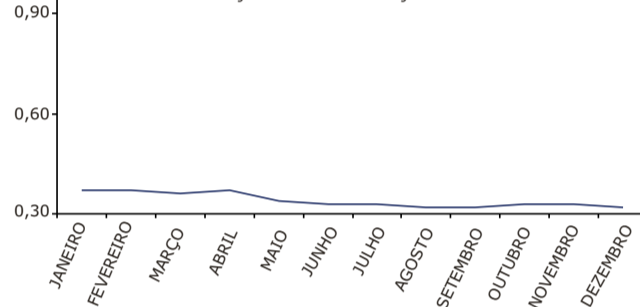
Com base nessa norma, o índice de Basileia no final do exercício/2013 foi de 13,8% (15,3% em 2012).

**12. Desempenho das ações**

O capital social do Banco da Amazônia corresponde a R\$1.219,7 milhões, composto por 2.964.596.762 ações ordinárias, na forma escritural e sem valor nominal, com uma base acionária de 29.063 acionistas, sendo o maior acionista o Tesouro Nacional, com 86,38% do capital.

As ações do Banco da Amazônia encerram o exercício com cotação média de R\$0,32 (R\$0,37 em 2012). No exercício a cotação máxima ocorreu no mês de janeiro, quando a ação registrou preço de R\$0,38, enquanto que a cotação mínima se deu no mês de dezembro no valor de R\$0,32.

COTAÇÃO MÉDIA DAS AÇÕES



Através do Decreto nº 13, de 22 de outubro de 2013, foi autorizada a integralização de cotas do Fundo de Garantia de Operações (FGO), de que trata a Lei nº 12.087/2009, por meio de transferência, dentre outras, de ações ordinárias do Banco da Amazônia.

A Portaria nº 538, de 05 de novembro de 2013, do Ministério da Fazenda, autorizou a subscrição de cotas do FGO mediante transferência de ações ordinárias do Banco de propriedade da União, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), correspondendo a 312.500.000 (trezentos e doze milhões e quinhentas mil) ações.

Com essa transferência, a participação acionária da União no Capital do Banco passou a ser de 86,38% e do acionista minoritário 13,62%.

**5. Gestão de pessoas**

Os resultados que o Banco vem obtendo se devem ao empenho e esforço de cada um dos seus colaboradores.

O fortalecimento do Banco, um dos principais objetivos da atual Administração, se reflete em ações de valorização e reconhecimento do corpo funcional.

Ainda no segmento de Gestão de Pessoas está sendo internamente trabalhado o novo Modelo de Gestão de Pessoas que chega para transformar o Banco da Amazônia em um lugar melhor para se trabalhar. Assim, aperfeiçoamos todas as áreas, tanto para a sociedade, quanto para os colaboradores e com um só objetivo: que todos se orgulhem de trabalhar na empresa.

No âmbito do programa "Qualidade de Vida", as ações são direcionadas, em sua maioria, para:

- ✓ **Programa de Preparação para a Aposentadoria – PPA Novo Tempo:** visa preparar o empregado para um novo momento importante em sua vida, tem a duração de dois anos e 151 empregados participaram da 1ª turma.
- ✓ **Programa Cuidando da sua Saúde:** visa sensibilizar e informar os empregados para a prevenção de doenças ocupacionais e não ocupacionais, atenção à ergonomia e segurança no trabalho.
- ✓ **Programa Corredores em Ação:** objetiva incentivar os empregados à prática esportiva e estimular a formação de novos adeptos da corrida de rua. Além de combater alguns males da era moderna, como o sedentarismo, prevenir o surgimento de doenças crônicas como a hipertensão e o diabetes, o Corredores em Ação busca promover uma maior integração dos empregados do Banco e a comunidade esportiva.
- ✓ **Programa de Valorização da Diversidade:** visa estimular a reflexão e a prática de ações de valorização da diversidade na empresa e de combate ao preconceito e à discriminação, com ênfase nas questões de gênero, raça, relações homoafetivas e relativas aos portadores de necessidades especiais.
- ✓ **Programa de Reconhecimento e Valorização (PRV):** orientado para a promoção de ações que fortaleçam a integração funcional no ambiente de trabalho, visando à melhoria do clima organizacional, das relações interpessoais, o reconhecimento e a valorização do empregado. O Programa se constitui numa excelente ferramenta de gestão e conta com a participação de 100% das unidades e expressiva adesão dos empregados e demais colaboradores.
- ✓ **Clube do Conhecimento:** criado para estimular o desenvolvimento cultural dos empregados e seus dependentes, estagiários e terceirizados. Anualmente são adquiridos novos livros e dvd's e disponibilizados através da Biblioteca do Banco.
- ✓ **Semana de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho:** tem por objetivo orientar e estimular hábitos de vida saudáveis, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores do Banco. Durante a semana é realizada extensa programação, constituída de palestras, atividades físicas, oficinas, vídeos, distribuição de material educativo, contemplando todos os empregados. Em 2013, a Semana de Saúde e Qualidade de Vida teve como tema "VIVA MAIS E MELHOR". Na abertura foi apresentada a palestra "Novos Conceitos em Alimentação", proferida por médico ortomolecular, além da distribuição de brindes, doados pelas entidades parceiras. Durante a semana houve a realização de oficinas sobre alimentação saudável e quick massage, visando aliviar o estresse e a tensão muscular.

• **Composição do Quadro de Pessoal**

O Banco encerrou o exercício de 2013 contando com 3.681 colaboradores (3.632 em 2012), sendo 3.190 empregados e 517 estagiários.

O sexo masculino é maioria com um contingente de 1.945 empregados, enquanto que as mulheres totalizam 1.245.

• **Treinamento**

No ano de 2013 foram realizados 593 eventos, com o objetivo de qualificar os empregados nas diversas áreas/ferramentas e, consequentemente, viabilizar condições de melhor desempenho desde o atendimento ao cliente, em todos os seus aspectos, até chegar ao processo de crédito em si com ênfase na melhoria da qualidade da carteira de ativos do Banco.

Foram investidos R\$5,1 milhões os quais foram oportunizadas 18.251 participações. As capacitações foram distribuídas por semestre, com destaque para os cursos de Produtos e Serviços, Lei de Acesso à Informação, Programa de Liderança, Gestão e Resultado, Recuperação de Crédito, Microcrédito Produtivo Orientado, Agricultura Familiar e PRONAF, Desenvolvimento Regional Sustentável (realizado em parceria com o Banco do Brasil), Programa de Formação de Gerentes Gerais, Ambientação e de Capacitação no Sistema de Fomento.

O incentivo do Banco, inclusive financeiro, para a continuidade dos estudos se reflete no percentual 66,0% de empregados com nível superior completo ou em conclusão (64,4% em 2012). Em termos de pós-graduação ocorreu também crescimento passando de 516 para 538 empregados.

**6. Rede de atendimento**

A expansão de sua capilaridade é de fundamental importância para que o Banco possa melhor atuar em sua missão de desenvolver a Amazônia, buscando atender a grande maioria das localidades pertencentes à Região, investindo em ações que integraram o processo de melhorias infraestruturais e de ambiência na rede de agências.

O Banco da Amazônia mantém 160 pontos de atendimento, dos quais 123 são agências; três são pontos de atendimento avançado (PAA); quatro são postos de atendimento bancário (PAB); e trinta são postos de atendimento bancário eletrônico (PAE).

Utiliza equipamentos eficientes no consumo de energia, além de sistemas de climatização e requisitos obrigatórios de acessibilidade.

Assim, atua para proporcionar conforto e segurança para clientes e colaboradores.

No Exercício também foram aprovados o novo modelo padrão para mobiliários (Rede e Matriz) e os modelos padrão para as unidades de negócios do Banco.

**7. Governança Corporativa**

O Banco da Amazônia tem como política a adoção das boas práticas de Governança Corporativa, adotando uma política de transparência junto a seus acionistas, investidores, público externo e mercado, utilizando-se de todas as ferramentas de comunicação disponíveis, tais como: canais de comunicação (Fale Conosco), procedimentos de controles internos e criação de Comitês; demonstrando, assim, respeito e credibilidade junto à sociedade.

A Administração é composta por um Conselho de Administração (CA) e uma Diretoria Executiva, sendo três membros do CA nomeados pelo acionista majoritário, um representante do acionista minoritário e um representante dos empregados do Banco. O Presidente do Banco é parte integrante do CA, entretanto não é o Presidente do Conselho.

As nomeações ocorrem nas assembleias ordinárias.

O Conselho Fiscal funciona de modo permanente, integrado por quatro membros efetivos e igual número de suplentes. Três eleitos pela União, indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, sendo um deles representante do Tesouro Nacional e um eleito pelos detentores de ações ordinárias minoritárias, na forma da legislação vigente.

O Banco ainda conta com o Comitê de Auditoria, subordinado ao Conselho de Administração, com as atribuições e encargos previstos na legislação e é formado por três membros efetivos e um suplente, os quais terão mandato anual, renovável até o máximo de cinco anos, nos termos das normas aplicáveis.

#### Controles Internos

O Sistema de Controles Internos (SCI) do Banco está apoiado no tripé pessoas, processos e tecnologia, possuindo um conjunto de políticas, procedimentos e instrumentos de controles adotados pela Administração e por todos os empregados cuja finalidade é assegurar a eficiência e eficácia dos negócios da Instituição, controlar os riscos existentes e garantir a efetividade da operacionalização das atividades em todos os seus níveis.

Está estruturado de modo a assegurar o alcance dos objetivos, com foco na mitigação de riscos. O processo de gestão de riscos inclui as seguintes etapas: identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e reporte à Alta Administração sobre a exposição a riscos e sobre os planos de ação para minimizar tal exposição.

#### Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

O Banco da Amazônia dispõe de política corporativa de prevenção à lavagem de dinheiro consolidada na Norma de Procedimentos (NP) nº 206 (Prevenção à Lavagem de Dinheiro) que normatiza as diretrizes e procedimentos para a detecção, análise, monitoração e comunicação de indícios contra os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores de movimentações financeiras, de que trata a Lei nº 9.613/1998.

De forma a melhor atender a regulamentação vigente, o Banco tem investido na difusão da cultura de prevenção à lavagem de dinheiro, através de cursos, oficinas e palestras. O curso *On line* de "Prevenção à Lavagem de Dinheiro", de caráter obrigatório, certificou no exercício 2.732 empregados, visando capacitar quanto aos riscos envolvidos nas atividades das instituições financeiras, no que se refere às responsabilidades sobre Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, permitindo a todos os empregados a oportunidade de manter-se permanentemente atualizados.

#### Auditoria Independente

No primeiro trimestre de 2013, foi encerrado o contrato existente, desde 2009, com a Ernst & Young Terco, auditoria independente. Através de processo de licitação, foi contratada a KPMG Auditores Independentes, que passou a emitir relatório sobre as demonstrações financeiras do Banco e do FNO a partir do primeiro semestre de 2013.

No exercício de 2013, em cumprimento a IN-CVM-381/2003, o Banco da Amazônia declara que KPMG não prestou outros serviços que não fossem relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.

#### Circular BACEN nº 3.068/2001

Encontram-se registrados no ativo do Banco títulos públicos classificados como "mantidos até o vencimento", de acordo com as regras definidas pela Circular nº 3.068/2001, do Banco Central do Brasil, no montante de R\$328,1 milhões. A Administração declara ter capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

#### Ouvidoria

A Ouvidoria do Banco atua de forma interativa com o objetivo de identificar as necessidades do público externo através das demandas, notadamente pelo registro de suas reivindicações, zelar pela boa imagem do Banco e aperfeiçoar seu modelo de gestão.

Através do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), introduzido em sua estrutura funcional, para receber demandas referentes à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), favorece o acesso às informações, assim como atende e orienta os cidadãos sobre a referida Lei.

As manifestações podem ser recebidas através do telefone (0800 722 21 71) ou do endereço eletrônico [ouvidoria@banco-amazonia.com.br](mailto:ouvidoria@banco-amazonia.com.br), que pode ser acessado diretamente do site do Banco ([www.bancoamazonia.com.br](http://www.bancoamazonia.com.br)). Podem também ser agendados atendimentos presenciais ou encaminhadas mensagens, via correios, para o endereço: Av. Presidente Vargas nº 800 - Campina - Belém-PA, CEP: 66017-000.

Também é disponibilizado aos clientes atendimento, através do sistema de atendimento ao consumidor - SAC pelo número 0800 727 72 28, 24h todos os dias da semana ou pelo seguinte endereço: [www.sacbancos.com.br](http://www.sacbancos.com.br).

## 8. Gestão de Risco

### Estrutura de Gerenciamento de Riscos

No Banco da Amazônia, os instrumentos de governança corporativa incluem estrutura de controles internos que objetivam manter um adequado acompanhamento dos riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. O Banco baseia a sua metodologia de gerenciamento de riscos no que recomenda o Comitê de Basileia e nas exigências do Acordo de Basileia II e III, através do mapeamento e identificação dos riscos inerentes e potenciais dos diversos processos do Banco, com o intuito de maximizar as oportunidades para que os objetivos sejam atingidos e mitigar os efeitos negativos, de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos internos.

As políticas de risco estão publicadas no Sistema de Normativos (SISNOR) e contemplam conceitos, diretrizes e procedimentos do Banco para a gestão de risco de mercado, liquidez, operacional e de crédito. A Diretoria Executiva é responsável pela aprovação das políticas de risco e as submete à chancela do Conselho de Administração do Banco.

#### Risco operacional

A estrutura de gestão de risco operacional do Banco da Amazônia é responsável pelo desenvolvimento de políticas, processos e procedimentos que permitem identificar, avaliar e monitorar os riscos inerentes às atividades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas e em conformidade com as boas práticas de mercado.

A análise de risco operacional voltou-se para as atividades realizadas pelas empresas terceirizadas, especificamente no que se refere aos processos mapeados no relatório de Análise de Impactos nos Negócios (BIA). Foram visitados 24 processos, cujos riscos foram classificados em conformidade com a Matriz de risco contida na Norma de Procedimentos (NP) nº 204 - Gestão de Risco Operacional.

No âmbito da Gestão de Continuidade de Negócios, parte complementar do processo de gestão de riscos, o Banco possui política específica formalizada através de normativo específico. Como parte dessa política, estão inseridos 106 planos de continuidade de negócios, aos quais, 31 foram revisados, especificamente relacionados ao cenário de interrupção, em virtude de movimento grevista.

#### Risco de crédito

A gestão do risco de crédito no Banco da Amazônia está balizada na Política de Risco de Crédito aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito; à prevenção e redução da inadimplência; e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja melhoria da qualidade de crédito da Instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores *spreads* e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco, e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da Instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias.

O Banco é o responsável pela classificação da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como: I) em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito; II) em relação à operação: natureza e finalidade do crédito, valor.

#### Risco de Mercado

A Política de Risco de Mercado do Banco estabelece os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme os termos da Circular BACEN nº 3.354.

O *Value at Risk* (VaR), é calculado diariamente para as diversas carteiras do Banco, em complementação ao modelo de alocação de capital definido pelo Banco Central.

Em função da sua posição conservadora em termos de exposição, o Banco mantém alocação de 91,98% do valor de mercado (MtM) da sua carteira indexada à SELIC e CDI. O baixo valor em risco é também evidenciado por um VaR de R\$ 2.750.709,56 em 27/12/2013, o que representa um percentual de 0,0456% do valor de mercado do total da carteira.

#### Risco de Liquidez

A posição conservadora adotada pelo Banco quanto à aplicação dos recursos disponíveis e a manutenção da alta liquidez da Instituição, manteve o perfil estável, sendo a concentração maior em títulos públicos, que representa 75% do total da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários, dos quais as LFTs têm maior participação, com 90% do total de aplicação, por serem indexadas à SELIC e por possuírem baixo risco e alta liquidez no mercado. O Banco aplicou maior volume em operações compromissadas, com posição doadora de recursos.

Os recursos oriundos do FNO, no período de um ano, apresentaram decréscimo no disponível ajustável de aproximadamente 2,90%, cerca de R\$96,0 milhões, demonstrando que o Banco teve aumento de liberações de recursos em relação ao volume de ingressos.

## 9. Tecnologia da Informação (TI)

No exercício de 2013, a área de tecnologia focou suas diversas ações técnico-administrativas, com objetivo de elevar o seu nível de maturidade em relação à governança, passando por aperfeiçoamentos dos normativos, redução da dependência tecnológica de terceiros tanto em termos de mão de obra como em sistemas, segurança, conformidades com os apontamentos de órgãos fiscalizadores.

No contexto administrativo, foram contempladas as revisões das normas de procedimentos, tais como "Gerenciar mudanças e liberações", processo que define as diretrizes específicas para gerenciamento de mudanças e liberações no ambiente de TI, garantindo o mínimo de impacto aos usuários e clientes; "Gerenciar Central de Serviços e os Incidentes" processo que estabe-

lece as regras e define papéis das equipes de atendimento com a finalidade de restaurar o serviço com maior brevidade, bem como aprovação de normas de procedimento para contratação e homologação de produtos e serviços de TI.

Foi implementada, também, a análise da avaliação de desempenho das unidades de TI, através dos indicadores provenientes do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), que foram utilizados para mensurar os desempenhos das gerências, bem como a avaliação dos contratos administrativos de TI quanto à conformidade com as normas de procedimentos constantes na IN 04/2010 emitida pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

Entre as ações técnicas, foi executado e concluído o serviço de análise de vulnerabilidade e teste de intrusão no ambiente operacional de sistemas e infraestrutura e produção do Banco, cujos relatórios indicaram a correção das vulnerabilidades nos ambientes externo e interno.

Quanto à independência tecnológica, destaca-se a contratação de analistas de TI, cujo total correspondeu a 53 analistas, sendo 19 para a área de produção e 34 para a área de sustentação de sistemas.

Todo esse conjunto de ações demonstra o empenho na elevação do nível de maturidade através da melhoria do ambiente tecnológico, adequação dos processos de TI e redução da dependência, buscando a elevação da qualidade dos serviços prestados pela área de TI do Banco.

#### Encerramento de contrato

Em 2004, o Banco assinou contrato com empresa especializada que teve como objeto a contratação de solução global e integrada para modernização tecnológica do Banco, através da implantação de infra-estrutura, produtos e novas tecnologias de informação, para garantir maior agilidade dos processos, tanto no que se refere aos negócios quanto à produção, integração dos diversos sistemas, maior segurança e confiabilidade nas informações processadas.

Referido contrato encerrou sua vigência em 21 de julho de 2013, sem a conclusão de todos os produtos objetos do contrato, razão pela qual está em fase inicial a instauração de uma Câmara de Conciliação na Advocacia Geral da União.

## 10. Participações, Promoções e Patrocínios

### Participações

O Banco cada vez mais reconhece a importância de inovar, investir em ciência e tecnologia para desenvolver a região que carrega no próprio nome - a Amazônia. Assim, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), iniciou o "Ciclo de Divulgação de Pesquisas apoiadas pelo Banco da Amazônia", para apresentar ações do programa de apoio à pesquisa desenvolvido pela Instituição.

As pesquisas foram voltadas para o desenvolvimento sustentável e à conservação da biodiversidade regional, com destaque para a de "Integração Lavoura-Pecuária-Silvicultura: Alternativa de Desenvolvimento Sustentável em Áreas Alteradas da Amazônia", que tem por objetivo implantar e desenvolver sistemas inovadores de integração lavoura, pecuária e silvicultura como alternativas viáveis para o setor agropecuário e florestal da Amazônia, visando à recuperação de áreas degradadas e produção sustentável de alimento e madeira.

#### Prêmio "Professor Samuel Benchimol" e "Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente"

O Prêmio "Professor Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente" foi instituído pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), com o objetivo de fomentar ideias criativas de ciência e tecnologia visando criar soluções inovadoras para problemas persistentes, além de gerar novas perspectivas de desenvolvimento para a Amazônia. É uma das maiores premiações da América Latina, em certames similares e o único que tem como foco a Amazônia Continental. Em 2013, aconteceu a 10ª edição do Prêmio Prof. Samuel Benchimol e a 6ª edição do Prêmio Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente, quando foi prestada homenagem ao Ano Internacional da Cooperação pelas Águas das Nações Unidas.

#### Gincana pela Sustentabilidade

"Consumo sustentável: nossas escolhas fazem a diferença"

A iniciativa se dá em um momento de mudanças climáticas globais, no qual o crescimento do consumo de bens e serviços disponibilizados, tem se confrontado com as limitações físicas impostas pela Terra, estabelecendo a necessidade de uma revisão completa dos atuais padrões de consumo e melhor gestão dos recursos naturais.

A Gincana é composta por equipes voluntárias que, além de trabalhar a conscientização em torno das boas práticas de sustentabilidade do meio ambiente, promove a confraternização entre os colaboradores e as instituições parceiras do Banco, envolvendo, ainda, ações educativas nas comunidades, contribuindo com o desenvolvimento sustentável da Amazônia, bem como nas áreas de atuação do Banco.

#### Natal Solidário

A Campanha Natal Solidário 2013, projeto de incentivo ao voluntariado, ocorre há mais de seis anos no Banco. O projeto envolve todas as unidades da Instituição e se dá através da mobilização para arrecadar brinquedos novos, livros infantis e alimentos para doar às crianças em situação de risco. Em 2013, foram arrecadados 22.612 brinquedos, 503 livros infantis e 7.542 quilos de alimentos não perecíveis.

#### Programa Otimiza

O Banco desenvolve sua política de redução de gastos a partir da observância e execução do Programa Amazônia Otimiza, que desde a sua implantação em 2007, vem colhendo resultados satisfatórios dentro da governança de otimização do consumo de recursos naturais e gastos da empresa, disseminando práticas de racionalização de gastos e promovendo eliminação do desperdício, incremento da eficiência operacional, bem como a adoção de ações sustentáveis dentro da Instituição realizadas por todos os colaboradores da Rede de Agências e Matriz.

O Programa em 2013 passou a integrar a avaliação do desempenho das unidades quanto à gestão de despesas, convergindo para mensurar a eficácia destas no cumprimento das metas e objetivos estratégicos definidos.

O desempenho das unidades constitui importante instrumento de avaliação refletido principalmente no indicador Despesas Administrativas que neste exercício apresentou uma redução de 9% em relação às despesas administrativas realizadas no ano de 2012.

#### Patrocínio

A seleção dos projetos que receberão patrocínio do Banco se dá através de edital de participação, dando a oportunidade para participação de quem estiver interessado.

O objetivo é otimizar recursos e privilegiar o apoio a projetos de patrocínio que guardem estreita relação com os objetivos institucionais estratégicos de cada exercício. Por isso, patrocina projetos que respeitem a sustentabilidade econômica, social e ambiental da região Amazônica, além de incentivar a redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos, induz o consumo sustentável de recursos naturais e de materiais de origem derivados.

No ano de 2013, o Banco da Amazônia apoiou cerca de 200 projetos de patrocínio, atendendo todos os Estados da região Amazônica, com foco nas áreas de atuação em Cultura, Social, Esportivo, Meio Ambiente, Exposições, Feiras e Congressos. Foram investidos mais de R\$3,4 milhões em incentivo.

#### Reconhecimento por parte da Sociedade

Em 2013, o Banco da Amazônia foi alvo de vários reconhecimentos por parte da sociedade, em virtude do seu incessante trabalho em prol do desenvolvimento sustentável da Amazônia, destacando-se o prêmio *Honoris Causa*, passando a ser a primeira instituição no mundo a utilizar o selo Utilidade Pública, concedido pela *Humanitare Foundation*. O reconhecimento integra o programa Pacto das Águas da Bacia Amazônica, o qual elegeu o Banco como referência em fomento na Região.

Outra premiação de destaque recebida pelo Banco em 2013 foi a sua eleição como o melhor Banco no Prêmio ORM/ACP, recebido pela primeira vez pela instituição. Ao ser reconhecido como o melhor Banco do Pará, por meio do voto direto do público, o Banco da Amazônia mostrou mais uma vez que a sua atuação como braço forte do Governo Federal na consecução das políticas públicas é indispensável para o crescimento da Amazônia.

## 11. Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF)

Um dos principais objetivos que vinha sendo perseguido pela Administração do Banco era de solucionar os déficits apresentados pelos planos previdenciários privados administrados pela CAPAF (benefício definido - BD - e misto), objeto de intervenção pela PREVIC desde outubro de 2011.

Desde 2005, diversas medidas possíveis de serem executadas foram utilizadas pela Administração do Banco com o objetivo de solucionar os problemas existentes com os planos previdenciários ofertados, especialmente quanto à eliminação do déficit apresentado.

Em 08 de fevereiro de 2013, foi possível a solução parcial do déficit com a assinatura dos contratos com a Capaf para a implantação dos planos saldados, que asseguram aos 52% dos participantes que fizeram adesão suas reservas matemáticas, pois, para isso, o Banco assumiu uma obrigação de R\$685 milhões, que serão quitados no prazo médio de 15 anos. Os regulamentos de tais planos foram aprovados pela PREVIC.

Dada a permanência da situação deficitária dos planos BD e Misto, a PREVIC decretou a liquidação extrajudicial. Entretanto, outra ação judicial foi impetrada pelas associações dos beneficiários desses planos, tendo sido concedida liminar, em setembro de 2013, suspendendo o processo de liquidação. Referida liminar ainda se encontra vigente.

A Administração do Banco, ciente dos possíveis impactos que poderão advir em razão da responsabilidade como patrocinador, mantém a sistemática de reajuste da provisão correspondente a 50% do déficit apresentado cujos cálculos são realizados por empresa atuarial contratada e com base nas regras de Deliberação CVM nº 695/2012.

### Agradecimentos

O Banco da Amazônia aproveita este momento, de publicação das suas demonstrações financeiras de 2013, para agradecer a todos os seus clientes, acionistas, colaboradores, parceiros, autoridades, formadores de opinião e a toda a sociedade amazônica pelo apoio na busca de soluções sustentáveis de desenvolvimento para esta imensa Região, assumindo o compromisso de melhorar ainda mais a sua atuação em 2014, por meio da aplicação de recursos de curto e longo prazo, do apoio à cultura, ao esporte, à preservação do meio ambiente e a todas as iniciativas que têm por objetivo o crescimento dos negócios e a melhoria de vida do povo da Amazônia.

A Administração

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

ATIVO	31.12.2013	31.12.2012
<b>Circulante</b>	<b>6.017.764</b>	<b>4.943.199</b>
Disponibilidades	56.554	71.377
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>1.206.875</b>	<b>1.193.996</b>
Aplicações no Mercado Aberto	964.997	864.999
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Provisões para Perdas)	278.145	369.446
(36.267)	(40.449)	
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>2.929.198</b>	<b>1.669.436</b>
Carteira Própria	2.893.105	1.645.840
Vinculados a Compromissos de Recompra	34.130	23.596
Vinculados à Prestação de Garantias	1.963	-
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>368.777</b>	<b>339.770</b>
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	5.340	2.532
Créditos Vinculados:	363.437	337.238
Depósitos no Banco Central	363.259	337.229
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	178	9
<b>Relações Interdependências</b>	<b>2.055</b>	<b>-</b>
Transferências Internas de Recursos	2.055	-
<b>Operações de Crédito</b>	<b>1.235.588</b>	<b>1.329.805</b>
Operações de Crédito:	1.282.941	1.376.970
Setor Público	33.676	224.588
Setor Privado	1.249.265	1.152.382
(Provisão para Operações de Crédito)	(47.353)	(47.165)
<b>Outros Créditos</b>	<b>217.264</b>	<b>337.013</b>
Carteira de Câmbio	28.013	121.372
Rendas a Receber	52.687	46.846
Negociação e Intermediação de Valores Diversos	6	-
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	150.129	184.689
(13.571)	(15.894)	
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>1.453</b>	<b>1.802</b>
Outros Valores e Bens	1.033	1.684
(Provisões para Desvalorizações)	(163)	(163)
Despesas Antecipadas	583	281
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>5.065.445</b>	<b>5.383.523</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>3.061.250</b>	<b>3.782.700</b>
Carteira Própria	3.048.243	3.769.061
Vinculados a Prestação de Garantias	13.007	13.639
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>12.569</b>	<b>12.569</b>
Créditos Vinculados:	12.569	12.569
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	12.569	12.569
<b>Operações de Crédito</b>	<b>1.135.695</b>	<b>896.885</b>
Operações de Crédito:	1.159.430	915.729
Setor Público	469.356	307.828
Setor Privado	690.074	607.901
(Provisão para Operações de Crédito)	(23.735)	(18.844)
<b>Outros Créditos</b>	<b>855.931</b>	<b>691.369</b>
Diversos	855.932	691.372
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1)	(3)
<b>Permanente</b>	<b>246.898</b>	<b>222.542</b>
<b>Investimentos</b>	<b>267</b>	<b>267</b>
Outros Investimentos	1.625	1.625
(Provisões para Perdas)	(1.358)	(1.358)
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>125.693</b>	<b>116.638</b>
Imóveis de Uso	47.421	44.737
Reavaliações de Imóveis de Uso	48.045	48.045
Outras Imobilizações de Uso	150.151	131.068
(Depreciações Acumuladas)	(119.924)	(107.212)
<b>Diferido</b>	<b>-</b>	<b>2</b>
Gastos de Organização e Expansão	41.035	41.046
(Amortização Acumulada)	(41.035)	(41.044)
<b>Intangível</b>	<b>120.938</b>	<b>105.635</b>
Outros Ativos Intangíveis	183.596	153.770
(Amortização Acumulada)	(62.658)	(48.135)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>11.330.107</b>	<b>10.549.264</b>

PASSIVO	31.12.2013	31.12.2012
<b>Circulante</b>	<b>7.422.104</b>	<b>6.800.450</b>
<b>Depósitos</b>	<b>3.070.392</b>	<b>2.359.602</b>
Depósitos à Vista	760.781	641.281
Depósitos de Poupança	548.813	502.586
Depósitos Interfinanceiros	18.634	2.358
Depósitos a Prazo	1.742.164	1.213.377
<b>Captações no Mercado Aberto</b>	<b>34.002</b>	<b>23.495</b>
Carteira Própria	34.002	23.495
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>2.739</b>	<b>2.454</b>
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	2.739	2.454
<b>Relações Interdependências</b>	<b>2.623</b>	<b>24.043</b>
Recursos em Trânsito de Terceiros	2.539	3.522
Transferências Internas de Recursos	84	20.521
<b>Obrigações por Empréstimo</b>	<b>32.247</b>	<b>139.223</b>
Empréstimos no Exterior	32.247	139.223
<b>Obrigações por Repasses do País-Instituições Oficiais</b>	<b>92.993</b>	<b>93.808</b>
Tesouro Nacional	36.793	25.208
BNDES	34.712	49.305
Finame	21.488	19.295
<b>Outras Obrigações</b>	<b>4.187.108</b>	<b>4.157.825</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	543	1.194
Carteira de Câmbio	204	314
Sociais e Estatutárias	65.014	82.426
Fiscais e Previdenciárias	43.328	47.753
Negociação e Intermediação de Valores	4	1
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	3.488.328	3.595.927
Passivos Atuariais	90.428	-
Diversas	499.259	430.210
<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<b>2.283.009</b>	<b>1.765.850</b>
<b>Depósitos</b>	<b>168.186</b>	<b>156.647</b>
Depósitos a Prazo	168.186	156.647
<b>Obrigações por Repasses do País-Instituições Oficiais</b>	<b>428.648</b>	<b>389.304</b>
Tesouro Nacional	9.537	16.631
BNDES	282.176	258.603
Finame	136.935	114.070
<b>Outras Obrigações</b>	<b>1.686.175</b>	<b>1.219.899</b>
Fiscais e Previdenciárias	10.238	-
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	94.253	73.336
Passivos Atuariais	373.450	-
Diversas	1.208.234	1.146.563
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.624.994</b>	<b>1.982.964</b>
<b>Capital</b>	<b>1.219.669</b>	<b>1.219.669</b>
De Domiciliados no País	1.219.668	1.219.668
De Domiciliados no Exterior	1	1
<b>Reservas de Capital</b>	<b>2.253</b>	<b>2.253</b>
<b>Reservas de Reavaliação</b>	<b>26.174</b>	<b>29.759</b>
<b>Reservas de Lucros</b>	<b>899.872</b>	<b>765.780</b>
<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>-</b>	<b>(743)</b>
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>	<b>(522.974)</b>	<b>(33.754)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>11.330.107</b>	<b>10.549.264</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de Reais)

	2º Semestre/2013	Exercício/2013	Exercício/2012
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>	<b>493.775</b>	<b>892.815</b>	<b>927.393</b>
Operações de Crédito	159.498	291.687	324.218
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	330.841	598.663	580.691
Resultado de Operações de Câmbio	3.179	2.282	22.483
Resultado das Aplicações Compulsórias	257	183	1
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>	<b>(313.879)</b>	<b>(572.028)</b>	<b>(558.703)</b>
Operações de Captação no Mercado	(99.512)	(169.194)	(157.009)
Operações de Empréstimos e Repasses	(177.507)	(325.188)	(331.190)
Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	(36.860)	(77.646)	(70.504)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>179.896</b>	<b>320.787</b>	<b>368.690</b>
<b>Outras Receitas / Despesas Operacionais</b>	<b>(93.695)</b>	<b>(153.053)</b>	<b>(68.518)</b>
Receitas de Prestação de Serviços	210.608	429.600	417.023
Rendas de Tarifas Bancárias	40.987	85.998	81.809
Despesas de Pessoal	(216.604)	(421.580)	(369.245)
Outras Despesas Administrativas	(133.638)	(253.513)	(246.667)
Despesas Tributárias	(34.094)	(67.547)	(63.808)
Outras Receitas Operacionais	422.852	660.633	415.987
Outras Despesas Operacionais	(383.806)	(586.644)	(303.617)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>86.201</b>	<b>167.734</b>	<b>300.172</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>1.306</b>	<b>3.461</b>	<b>11.231</b>
<b>Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>87.507</b>	<b>171.195</b>	<b>311.403</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>64.380</b>	<b>26.889</b>	<b>(125.481)</b>
Provisão para Imposto de Renda	(11.006)	(65.429)	(63.797)
Provisão para Contribuição Social	(6.939)	(40.585)	(39.622)
Ativo Fiscal Diferido	82.325	132.903	(22.062)
<b>Participações Estatutárias no Lucro</b>	<b>(15.586)</b>	<b>(15.586)</b>	<b>(15.616)</b>
<b>Prejuízo/Lucro Líquido</b>	<b>136.301</b>	<b>182.498</b>	<b>170.306</b>
<b>Juros sobre Capital Próprio</b>	<b>(48.598)</b>	<b>(48.598)</b>	<b>(79.351)</b>
<b>Lucro por Ação - Em Reais</b>	<b>0,04598</b>	<b>0,06156</b>	<b>0,05745</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de Reais)

	2º Semestre/2013	Exercício/2013	Exercício/2012
<b>1. RECEITAS</b>	<b>1.132.668</b>	<b>1.994.861</b>	<b>1.782.939</b>
1.1. Intermediação Financeira	493.775	892.815	927.393
1.2. Prestações de Serviços	251.595	515.598	498.832
1.3. Provisão para Devedores Duvidosos	(36.860)	(77.646)	(70.504)
1.4. Outras	424.158	664.094	427.218
<b>2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(277.018)</b>	<b>(494.382)</b>	<b>(488.199)</b>
<b>3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(497.339)</b>	<b>(800.906)</b>	<b>(511.571)</b>
3.1. Materiais, energia e outros	(19.246)	(38.346)	(39.529)
3.2. Serviços de terceiros	(94.287)	(175.915)	(168.425)
3.3. Outras	(383.806)	(586.645)	(303.617)
<b>4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)</b>	<b>358.311</b>	<b>699.573</b>	<b>783.169</b>
<b>5. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	<b>(14.615)</b>	<b>(28.499)</b>	<b>(29.245)</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO P/ENTIDADE (4-5)</b>	<b>343.696</b>	<b>671.074</b>	<b>753.924</b>
<b>7. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)</b>	<b>343.696</b>	<b>671.074</b>	<b>753.924</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>343.696</b>	<b>671.074</b>	<b>753.924</b>
<b>8.1 Pessoal</b>	<b>195.942</b>	<b>367.054</b>	<b>323.058</b>
8.1.1 Remuneração direta	153.800	290.487	247.636
8.1.2 Benefícios	32.213	57.410	57.448
8.1.3 FGTS	9.929	19.157	17.974
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>5.963</b>	<b>110.770</b>	<b>251.093</b>
8.2.1 Federais	3.258	104.668	245.381
8.2.2 Estaduais	8	16	21
8.2.3 Municipais	2.697	6.086	5.691
<b>8.3 Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>5.490</b>	<b>10.752</b>	<b>9.467</b>
8.3.1 Aluguéis	5.490	10.752	9.467
<b>8.4 Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>136.301</b>	<b>182.498</b>	<b>170.306</b>
8.4.1 Juros sobre capital próprio	48.598	48.598	79.351
8.4.2 Lucros retidos do exercício	87.703	133.900	90.955

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de Reais)

	2º Semestre/2013	Exercício/2013	Exercício/2012
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>	<b>136.301</b>	<b>182.498</b>	<b>170.306</b>
<b>Ajuste de exercícios anteriores</b>	<b>-</b>	<b>(487.808)</b>	<b>(5.100)</b>
<b>Ajuste de avaliação patrimonial CVM 695</b>	<b>376</b>	<b>10.892</b>	<b>(46.456)</b>
Depreciações e amortizações	14.615	28.499	29.245
Provisão para operações de crédito e outros créditos	36.865	77.658	74.104
Rendas de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(224.754)	(396.508)	(355.472)
Rendas de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	(21.183)	(36.926)	(45.032)
Despesas com Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para venda	992	1.814	-
Ganhos capital	(515)	(831)	(677)
Despesas com Perdas Permanentes com TVM	-	-	1.469
Despesas de provisões para passivos contingentes	107.132	208.272	160.373
Despesas de provisões para riscos do FNO	134.213	248.114	144.363
Despesas de provisões para outros ativos atuariais	155.969	155.969	-
Reversão de provisões para operações de crédito e outros créditos	(5)	(12)	(3.600)
Reversão de outras provisões operacionais	(176.412)	(176.592)	(16.771)
Reversão de Outras Provisões Operacionais - Aplic. Dep. Interfinanc	-	(4.787)	-
Juros sobre capital provisionados	(48.598)	(48.598)	(66.357)
<b>Lucro líquido ajustado semestre/exercício</b>	<b>114.996</b>	<b>(238.346)</b>	<b>40.395</b>
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários para negociação	(26.080)	47.370	77.259
Redução em outros valores e bens	78	125	1.562
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	213.261	91.907	180.764
(Aumento) em relações interfinanceiras e Interdependências	(99.788)	(52.198)	(30.204)
(Aumento) em operações de crédito	(157.611)	(195.848)	(115.811)
(Aumento) em outros créditos	(89.148)	(226.341)	(42.038)
Aumento em depósitos	364.063	722.330	178.599
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses	21.315	(68.449)	52.695
Aumento em captações no mercado aberto	34.002	10.508	(410.670)
(Redução)/aumento em outras obrigações	(328.150)	215.766	495.751
<b>Caixa líquido (utilizado)/gerado das atividades operacionais</b>	<b>(68.058)</b>	<b>545.170</b>	<b>387.907</b>
(Aumento) em títulos disponíveis para venda	(195.900)	(178.237)	(330.947)</

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de Reais)

E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL OUTRAS	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIOS	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS ACUMULADOS	T O T A L
				LEGAL	ESTATUTÁRIA			
SALDOS EM 30.06.2013	1.219.669	2.253	29.291	83.582	682.198	(33.259)	(441.887)	1.541.847
1. AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS	-	-	-	-	-	(2.282)	-	(2.282)
- Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	(2.282)	-	(2.282)
2. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - CVM 695	-	-	-	-	-	(487.433)	487.809	376
3. OUTROS EVENTOS	-	-	(3.117)	-	-	-	467	(2.650)
- Movimentação da Reserva de Reavaliação	-	-	(779)	-	-	-	779	-
Realização da Reserva	-	-	(779)	-	-	-	779	-
- Imposto e Contrib. s/Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(2.338)	-	-	-	(312)	(2.650)
Realização da Reserva	-	-	312	-	-	-	(312)	-
Recuperação de provisão	-	-	(2.650)	-	-	-	-	-
4. LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	136.301	136.301
5. DESTINAÇÕES	-	-	-	9.126	124.966	-	(182.690)	(48.598)
- Reservas	-	-	-	9.126	124.966	-	(134.092)	-
- Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(48.598)	(48.598)
SALDOS EM 31.12.2013	1.219.669	2.253	26.174	92.708	807.164	(522.974)	-	1.624.994
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	(3.117)	9.126	124.966	(489.715)	441.887	83.147
SALDOS EM 31.12.2011	1.219.669	2.253	30.809	75.285	602.847	3.352	-	1.934.215
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - CVM 695	-	-	-	-	-	(16.862)	(5.100)	(21.962)
Saldos ajustados em 31.12.2011	1.219.669	2.253	30.809	75.285	602.847	(13.510)	(5.100)	1.912.253
1. AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS	-	-	-	-	-	9.350	-	9.350
- Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	9.350	-	9.350
2. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - CVM 695	-	-	-	-	-	(29.594)	-	(29.594)
3. OUTROS EVENTOS	-	-	(1.050)	-	-	-	1.050	-
- Movimentação da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	1.751	-
Realização da Reserva	-	-	(1.751)	-	-	-	1.941	-
Baixa da Reserva por Venda	-	-	(1.941)	-	-	-	(190)	-
- Imposto e Contrib. s/Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	190	-	-	-	(701)	-
Realização da Reserva	-	-	701	-	-	-	(701)	-
4. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO AJUSTADO PELA CVM 695	-	-	-	-	-	-	170.306	170.306
5. DESTINAÇÕES	-	-	-	8.297	79.351	-	(166.999)	(79.351)
- Reservas	-	-	-	8.297	79.351	-	(87.648)	-
- Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(79.351)	(79.351)
SALDO EM 31.12.2012	1.219.669	2.253	29.759	83.582	682.198	(33.754)	(743)	1.982.964
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	(1.050)	8.297	79.351	(37.106)	(743)	48.749
SALDOS EM 31.12.2012	1.219.669	2.253	29.759	83.582	682.198	(33.754)	(743)	1.982.964
1. AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS	-	-	-	-	-	(12.304)	-	(12.304)
- Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	(12.304)	-	(12.304)
2. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - CVM 695	-	-	-	-	-	(476.916)	-	(476.916)
3. OUTROS EVENTOS	-	-	(3.585)	-	-	-	935	(2.650)
- Movimentação da Reserva de Reavaliação	-	-	(1.557)	-	-	-	1.557	-
Realização da Reserva	-	-	(1.557)	-	-	-	1.557	-
- Imposto e Contrib. s/Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(2.028)	-	-	-	(622)	(2.650)
Realização da Reserva	-	-	622	-	-	-	(622)	-
Recuperação de provisão	-	-	(2.650)	-	-	-	-	(2.650)
4. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	182.498	182.498
5. DESTINAÇÕES	-	-	-	9.126	124.966	-	(182.690)	(48.598)
- Reservas	-	-	-	9.126	124.966	-	(134.092)	-
- Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(48.598)	(48.598)
SALDO EM 31.12.2013	1.219.669	2.253	26.174	92.708	807.164	(522.974)	-	1.624.994
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	(3.585)	9.126	124.966	(489.220)	743	(357.970)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

## ÍNDICE

- Nota 1 - Contexto Operacional  
 Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras  
 Nota 3 - Principais Práticas Contábeis  
 Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa  
 Nota 5 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez  
 Nota 6 - Títulos e Valores Mobiliários  
 Nota 7 - Carteira de Crédito  
 Nota 8 - Outros Créditos  
 Nota 9 - Permanente  
 Nota 10 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto  
 Nota 11 - Obrigações por Empréstimos  
 Nota 12 - Obrigações por Repasses  
 Nota 13 - Outras Obrigações  
 Nota 14 - Patrimônio Líquido  
 Nota 15 - Imposto de Renda e Contribuição Social  
 Nota 16 - Desdobramento das Contas de Resultado  
 Nota 17 - Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)  
 Nota 18 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)  
 Nota 19 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)  
 Nota 20 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)  
 Nota 21 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)  
 Nota 22 - Fundos de Investimento Financeiro  
 Nota 23 - Partes Relacionadas  
 Nota 24 - Benefícios a Empregados  
 Nota 25 - Remuneração Paga aos Empregados  
 Nota 26 - Processo de Gerenciamento de Riscos  
 Nota 27 - Análise de Sensibilidade  
 Nota 28 - Demonstração do Resultado Abrangente  
 Nota 29 - Informações Complementares

**1. Contexto Operacional**

O Banco da Amazônia S.A. (Banco), é uma instituição financeira, organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada na Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prestação de serviços bancários e a realização de todas as operações inerentes a esta atividade, abrangendo câmbio e crédito pessoal.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota nº19), administra o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (nota nº17) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (nota nº 18).

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas as alterações introduzidas pela Lei nº11.638/2007 e pela Lei nº11.941/2009, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Visando à uniformização aos padrões contábeis internacionais, denominado Internacional Financial Reporting Standard (IFRS), o Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco os seguintes pronunciamentos:

- Resolução nº 3.566/2008 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);  
 Resolução nº 3.604/2008 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);  
 Resolução nº 3.750/2009 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);  
 Resolução nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);  
 Resolução nº 3.973/2011 - Evento Subsequente (CPC 24);  
 Resolução nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);  
 Resolução nº 4.007/2011 - Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);  
 Resolução nº 4.144/2012 - Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2014.

**Informações para efeito de comparabilidade - Deliberação CVM nº 695/2012**

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, estão sendo apresentadas de forma retrospectiva conforme Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro, em razão do pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, que alterou a forma de contabilização do ganho/perda atuarial para o Patrimônio Líquido. Demonstramos a seguir os saldos reapresentados:

BALANÇO PATRIMONIAL	31.12.2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Outros Créditos de Longo Prazo	659.903	31.466	691.369
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>5.352.057</b>	<b>31.466</b>	<b>5.383.523</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>10.517.798</b>	<b>31.466</b>	<b>10.549.264</b>
Outras obrigações/Diversas de Longo Prazo	1.067.898	78.665	1.146.563
Outras obrigações de Longo Prazo	1.141.234	78.665	1.219.899
<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<b>1.687.185</b>	<b>78.665</b>	<b>1.765.850</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	12.702	(46.456)	(33.754)
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	(743)	(743)
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.030.163</b>	<b>(47.199)</b>	<b>1.982.964</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>10.517.798</b>	<b>31.466</b>	<b>10.549.264</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	Acumulado 31.12.2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>165.949</b>	<b>4.357</b>	<b>170.306</b>
<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>	-	<b>(5.100)</b>	<b>(5.100)</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>17.335</b>	<b>(77.427)</b>	<b>(60.092)</b>
Ajustes Aval. Patrim. - Del.CVM 695	-	(77.427)	(77.427)
<b>IR e CSLL s/ out. Lucros Abrangentes</b>	<b>(6.934)</b>	<b>30.971</b>	<b>24.037</b>
- Sobre ajustes da Delib. CVM nº 695/2012	-	30.971	30.971
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>176.350</b>	<b>(47.199)</b>	<b>129.151</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>Outras Receitas/Despesas Operacionais</b>	<b>(75.779)</b>	<b>7.261</b>	<b>(68.518)</b>
Outras Despesas Operacionais	(310.878)	7.261	(303.617)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>292.911</b>	<b>7.261</b>	<b>300.172</b>
<b>Resultado Antes da Tributação sobre o lucro e Participações</b>	<b>304.142</b>	<b>7.261</b>	<b>311.403</b>
<b>Imposto de Renda e Contrib. Social</b>	<b>(122.577)</b>	<b>(2.904)</b>	<b>(125.481)</b>
- Ativo Fiscal Diferido	(19.158)	(2.904)	(22.062)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>165.949</b>	<b>4.357</b>	<b>170.306</b>

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	Acumulado 31.12.2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>Lucro líquido ajustado do exercício</b>	<b>94.856</b>	<b>(54.461)</b>	<b>40.395</b>
Ajuste Resultado de Períodos Anteriores - CVM 695	-	(5.100)	(5.100)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	(46.456)	(46.456)
<b>Lucro Líquido do exercício</b>	<b>165.949</b>	<b>4.357</b>	<b>170.306</b>
Outros Créditos	(10.572)	(31.466)	(42.038)
Outras obrigações	409.824	85.927	495.751
<b>Caixa Líquido gerado das atividades operacionais</b>	<b>333.446</b>	<b>54.461</b>	<b>387.907</b>

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PL	Exercício Findo em 31.12.2011		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	(5.100)	(5.100)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.352	(16.862)	(13.510)
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.934.215</b>	<b>(21.962)</b>	<b>1.912.253</b>

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PL	Exercício Findo em 31.12.2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	(743)	(743)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	12.702	(46.456)	(33.754)
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.030.163</b>	<b>(47.199)</b>	<b>1.982.964</b>

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Acumulado 31.12.2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(518.832)</b>	<b>(7.261)</b>	<b>(511.571)</b>
- Outras	(310.878)	(7.261)	(303.617)
<b>Valor adicionado Bruto</b>	<b>775.908</b>	<b>7.261</b>	<b>783.169</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido p/ Entidade</b>	<b>746.663</b>	<b>7.261</b>	<b>753.924</b>
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b>746.663</b>	<b>7.261</b>	<b>753.924</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>746.663</b>	<b>7.261</b>	<b>753.924</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>248.189</b>	<b>2.904</b>	<b>251.093</b>
- Federais	242.477	2.904	245.381
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>165.949</b>	<b>4.357</b>	<b>170.306</b>
- Lucros Retidos no Exercício	86.598	4.357	90.955

### 3. Principais Práticas Contábeis

#### a) Moeda Funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações. Os ativos não monetários permanecem registrados ao custo histórico.

#### b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor e limites (Nota nº4).

#### d) Ativo e Passivo (Circulante e Longo Prazo)

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata dia*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento do balanço; os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de "rendas a apropriar" ou "despesas a apropriar".

#### e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (Nota nº5).

#### f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pelas Circulares nºs 3.068/2001 e 3.082/2002, do Bacen, e estão distribuídos em três categorias (Nota nº 6):

Títulos para Negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos Disponíveis para Venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, BM&FBovespa ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas devidamente aderentes aos preços praticados.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimento.

#### g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Banco da Amazônia S.A. não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

#### h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre contrato de Câmbio e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os parâmetros da Resolução nº 2.682/1999, do CMN, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e verificáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (Nota nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

#### i) Despesas Antecipadas

As Despesas Antecipadas se referem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida em que forem sendo realizadas.

#### j) Ativo Permanente

No Permanente, os Investimentos e os Outros Imobilizados de Uso foram avaliados pelo custo de aquisição; os Imóveis de Uso próprio são apresentados pelo valor de avaliação. O Diferido é composto por gastos com a aquisição e desenvolvimento de sistemas e métodos e adaptação de dependências, avaliado ao custo incorrido. No Intangível, foram contabilizados direitos de uso de sistemas implantados ou em fase de implantação e que fazem parte do projeto de excelência tecnológica do Banco.

O intangível tem seus valores recuperáveis testados, no mínimo, anualmente, ou quando há indicação de perda de valor, definidos conforme os testes realizados pelas áreas técnicas e/ou gestoras (Nota nº 9.d).

A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: para edificações, são aplicadas taxas variáveis de acordo com a vida útil prevista nos laudos de avaliação; 10% para móveis e utensílios, instalação e sistemas de comunicação e segurança; e 20% para veículos, equipamentos de processamento de dados, gastos diferidos e intangíveis.

A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução nº 3.565/2008.

#### k) Avaliação do Valor Recuperável

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: I) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e II) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

#### l) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata dia*.

#### m) Benefícios a Empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde e são avaliadas trimestralmente de acordo com os critérios estabelecidos na Deliberação nº 695/2012 da CVM (nota nº 24).

Em 05.08.2010, foi implantado o PrevAmazônia, constituído na forma de contribuição definida, cujo risco atuarial e dos investidores são dos participantes, cabendo ao Banco registro dos custos somente pela contribuição referente ao período, não demandando portanto, nenhum cálculo atuarial para mensuração da obrigação ou da despesa, não existindo, também ganho ou perda atuarial.

Os planos de benefícios que eram ofertados pelo Banco até 31.12.2012 (Benefício Definido – BD e Misto) eram avaliados na forma da legislação vigente, tendo como resultado um déficit atuarial, onde o montante das obrigações atuariais ultrapassava o valor dos ativos deles, exigindo o registro de um passivo no Banco correspondente a 50% do déficit do plano de benefício definido.

Em 2013, ocorreu a implantação dos planos saldados, formados, em média, por 52% dos participantes, sendo determinada pela PREVIC a liquidação dos planos existentes em 31.12.2012, composto por 42% do público. Entretanto, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região – DF determinou, em 11.09.2013, a imediata suspensão da referida liquidação.

#### Adoção Inicial da Deliberação CVM nº 695/2012 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados

A CVM, através da Deliberação nº 695/2012, recepcionou o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, cujas principais alterações foram: I) exclusão da possibilidade de utilização do método do corredor; II) os ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos integralmente como ativo ou passivo atuarial, tendo como contrapartida o patrimônio líquido (Ajustes de Avaliação Patrimonial). As remensurações do valor líquido de ativo ou passivo atuarial reconhecido contra ajustes de avaliação patrimonial não devem ser reclassificadas para o resultado no período subsequente; III) a despesa/receita financeira do plano passa a ser reconhecida pelo valor líquido com base na taxa de desconto; IV) inclusão de novos requisitos de divulgação nas demonstrações contábeis; e V) o pronunciamento deve ser aplicado de forma retrospectiva, em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A adoção do pronunciamento, aplicável ao exercício iniciado a partir de 01.01.2013, apresentou os seguintes efeitos nas demonstrações contábeis:

	BD	Assistidos	Auxílio Saúde
Ajuste de avaliação patrimonial	(53.565)	(19.120)	(4.743)
- Efeitos fiscais	21.426	7.648	1.897
LPA – resultados anteriores	-	6.683	(7.922)
- Efeitos fiscais	-	(2.673)	3.169
<b>Efeitos no Patrimônio Líquido</b>	<b>(32.139)</b>	<b>(7.462)</b>	<b>(7.599)</b>

#### n) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (Nota nº 15):

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	15%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006 e CMN n.º 3.655/2008, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

#### o) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM n.º 594/2009 e Resolução CMN n.º 3.823/2009, que determinam:

- Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

- Passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Sempre que a perda é avaliada como provável, com a expectativa de saída de recursos, é constituída provisão, a qual é calculada através da utilização de metodologia estatística de estimativa, atendendo assim, ao CPC nº 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/2009.

- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias – decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras. Os depósitos judiciais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

#### p) Demonstrações de valor adicionado

O Banco elaborou demonstrações de valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

#### q) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras;
2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as demonstrações contábeis consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2013.

#### r) Uso de Estimativas

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências e provisão para benefícios pós-emprego. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

#### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2013	2012
<b>Disponibilidades</b>	<b>56.554</b>	<b>71.377</b>
Disponibilidade em moeda nacional	49.178	48.456
Disponibilidade em moeda estrangeira	7.376	22.921
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)</b>	<b>964.997</b>	<b>864.999</b>
Aplicações no mercado aberto	964.997	864.999
<b>TOTAL</b>	<b>1.021.551</b>	<b>936.376</b>

(\*) Referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança de valor e resgatáveis a qualquer momento.

#### 5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2013	2012
<b>Aplicações no mercado aberto</b>	<b>964.997</b>	<b>864.999</b>
<b>Posição Bancada</b>	<b>964.997</b>	<b>864.999</b>
Letras Financeiras do Tesouro	49.999	-
Letras do Tesouro Nacional	864.999	864.999
Notas do Tesouro Nacional	49.999	-
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>241.878</b>	<b>328.997</b>
Certificados de Depósitos Interfinanceiros	278.145	369.446
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(36.267)	(40.449)
<b>TOTAL</b>	<b>1.206.875</b>	<b>1.193.996</b>

A composição do saldo das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez se apresenta no Ativo Circulante. A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$36.267 (R\$40.449 em 2012), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. No exercício, ocorreu recuperação da massa falida no montante de R\$4.182. A provisão foi constituída pelo valor integral em face à intervenção e liquidação. As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram no exercício R\$111.773 (R\$121.428 em 2012), estão registradas como rendas de TVM.

#### 6. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	2013	2012
<b>Carteira própria – livres</b>	<b>5.941.348</b>	<b>5.414.901</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>4.357.270</b>	<b>4.073.860</b>
Letras Financeiras do Tesouro	3.868.691	3.502.671
Notas do Tesouro Nacional	169.717	241.186
Certificados Financeiros do Tesouro	318.691	329.747
Títulos da Dívida Agrária	171	256
<b>Títulos Privados</b>	<b>1.584.078</b>	<b>1.341.041</b>
Debêntures	721.925	723.406
Cotas de Fundos de Investimento	166.347	187.735
Letras Financeiras	695.806	429.900
<b>Vinculados a operações compromissadas</b>	<b>34.130</b>	<b>23.596</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>34.130</b>	<b>23.596</b>
Letras Financeiras do Tesouro	34.130	23.596
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>	<b>14.970</b>	<b>13.639</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>14.970</b>	<b>13.639</b>
Letras Financeiras do Tesouro	14.970	13.639
<b>TOTAL</b>	<b>5.990.448</b>	<b>5.452.136</b>
<b>Saldo de curto prazo</b>	<b>2.929.198</b>	<b>1.669.436</b>
<b>Saldo de longo prazo</b>	<b>3.061.250</b>	<b>3.782.700</b>

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco através de seu Comitê de Ativos e Passivos. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 73,6% do total da Carteira.

#### Classificação dos títulos e valores mobiliários

##### a) Quanto ao vencimento

	2013					TOTAL
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	
<b>1-Títulos para negociação<sup>(1)</sup></b>	-	-	-	<b>623.177</b>	-	<b>623.177</b>
<b>Títulos Públicos</b>	-	-	-	<b>623.177</b>	-	<b>623.177</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	623.177	-	623.177
<b>2-Títulos Disponíveis para venda</b>	<b>1.575.627</b>	<b>730.243</b>	<b>864.696</b>	<b>1.671.188</b>	<b>197.419</b>	<b>5.039.173</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>1.182.122</b>	<b>632.773</b>	<b>260.575</b>	<b>1.230.143</b>	<b>149.482</b>	<b>3.455.095</b>
Letras Financeiras do Tesouro	1.182.122	472.292	260.575	1.230.143	149.482	3.294.614
Notas do Tesouro Nacional	-	160.481	-	-	-	160.481
<b>Títulos Privados</b>	<b>393.505</b>	<b>97.470</b>	<b>604.121</b>	<b>441.045</b>	<b>47.937</b>	<b>1.584.078</b>
Debêntures	50.308	10.360	172.275	441.045	47.937	1.212.925
Cotas de Fundos de Invest. – FIDC <sup>(2)</sup>	-	31.406	37.168	-	-	68.574
Cotas de Fundos de Invest. – FI REF	97.773	-	-	-	-	97.773
Outros Títulos - LF	245.424	55.704	394.678	-	-	695.806
<b>3-Títulos Mantidos até o vencimento</b>	-	<b>149</b>	<b>8.763</b>	<b>262</b>	<b>318.924</b>	<b>328.098</b>
<b>Títulos Públicos</b>	-	<b>149</b>	<b>8.763</b>	<b>262</b>	<b>318.924</b>	<b>328.098</b>
Notas do Tesouro Nacional	-	64	8.677	262	233	9.236
Certificados Financeiros do Tesouro	-	-	-	-	318.691	318.691
Outros títulos públicos - TDA	-	85	86	-	-	171
<b>TOTAL 2013</b>	<b>1.575.627</b>	<b>730.392</b>	<b>873.459</b>	<b>2.294.627</b>	<b>516.343</b>	<b>5.990.448</b>
TOTAL 2012	465.371	628.450	2.375.148	1.179.025	804.142	5.452.136

(1) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme § único do art. 7º da Circular nº 3.068/2001;

(2) Valor líquido de provisão.

**b) Quanto aos ajustes**

	31.12.2013		AJUSTES		31.12.2013
	CUSTO	MERCADO	31.12.2012		
<b>Para negociação</b>	<b>622.894</b>	<b>623.177</b>	<b>(85)</b>	<b>368</b>	<b>283</b>
Letras Financeiras do Tesouro	622.894	623.177	(85)	368	283
<b>Disponíveis para venda</b>	<b>5.038.481</b>	<b>5.039.173</b>	<b>21.169</b>	<b>(20.477)</b>	<b>692</b>
Letras Financeiras do Tesouro	3.295.651	3.294.614	(105)	(932)	(1.037)
Notas do Tesouro Nacional	158.518	160.481	11.208	(9.245)	1.963
Debêntures	721.093	721.925	7.844	(7.012)	832
Cotas de Fundos de Investimentos	69.640	68.574	443	(1.509)	(1.066)
- FIDC					
Cotas de Fundos de Investimentos	97.773	97.773	-	-	-
- FI REF					
Outros Títulos Privados - LF	695.806	695.806	1.779	(1.779)	-
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>328.098</b>	<b>328.098</b>	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	9.236	9.236	-	-	-
Certificados Financeiros do Tesouro	318.691	318.691	-	-	-
Outros títulos públicos - TDA	171	171	-	-	-

Do total aplicado em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), há o montante de R\$1.607 aplicado no fundo administrado pelo Banco BVA (R\$4.593 em 2012), para o qual foi constituída uma provisão no valor de R\$1.038 (R\$1.469 em 2012) para eventual perda que possa ocorrer devido a intervenção do Banco Central no administrador do Fundo, apesar de não existirem atrasos nos vencimentos dos juros.

Para fins contábeis, os títulos mantidos até o vencimento estão registrados à curva. Caso fossem marcados a mercado, teriam um ajuste negativo de R\$44.624 (R\$12.285 em 2012).

Pela característica de emissão, os títulos do tipo NTN's são negociáveis e destinados ao pagamento das alienações das participações societárias.

Do total das CFT's, o montante de R\$305.541 (R\$316.141 em 2012) foi recebido pelo Banco no Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 27 de junho de 2001, que contemplou a permuta por títulos dos créditos existentes junto à União dos financiamentos celebrados ao amparo da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993. Caso estivessem marcadas a mercado apresentariam uma desvalorização de R\$42.248 (R\$11.394 em 2012).

Os TDA's são títulos recebidos como resultado de negociação com a Secretaria do Tesouro Nacional, não possuindo cotações no mercado secundário.

No exercício de 2013, não houve reclassificações entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

O resultado com TVM totalizou no exercício R\$598.663 (R\$580.691 em 2012).

**7. Carteira de Crédito**

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução nº 2.682/1999, do CMN, estão compostas da seguinte forma:

	2013			2012		
	Normais	Vencidas	Total	Normais	Vencidas	Total
<b>Operações de crédito</b>						
Empréstimos	964.397	51.392	1.015.789	1.337.531	41.849	1.379.380
Títulos descontados	22.928	2.541	25.469	19.830	3.470	23.300
Financiamentos	977.668	9.845	987.513	589.917	10.223	600.140
Financiamentos rurais	403.078	10.522	413.600	270.458	19.421	289.879
<b>Subtotal</b>	<b>2.368.071</b>	<b>74.300</b>	<b>2.442.371</b>	<b>2.217.736</b>	<b>74.963</b>	<b>2.292.699</b>
<b>Outros créditos</b>	<b>3.025</b>	<b>37</b>	<b>3.062</b>	<b>3.771</b>	<b>22</b>	<b>3.793</b>
Diversos	3.025	37	3.062	3.771	22	3.793
<b>Subtotal</b>	<b>2.371.096</b>	<b>74.337</b>	<b>2.445.433</b>	<b>2.221.507</b>	<b>74.985</b>	<b>2.296.492</b>
<b>Adiantamento sobre contrato de câmbio</b>	<b>25.814</b>	<b>13.669</b>	<b>39.483</b>	<b>107.788</b>	<b>27.689</b>	<b>135.477</b>
<b>TOTAL DA CARTEIRA (Provisões)</b>	<b>2.396.910</b>	<b>88.006</b>	<b>2.484.916</b>	<b>2.329.295</b>	<b>102.674</b>	<b>2.431.969</b>
(Operações de crédito)	(31.310)	(39.778)	(71.088)	(19.470)	(46.539)	(66.009)
(Outros créditos)	(12)	-	(12)	(15)	(17)	(32)
(Câmbio)	(181)	(13.379)	(13.560)	(1.861)	(14.004)	(15.865)
<b>TOTAL DAS PROVISÕES</b>	<b>(31.503)</b>	<b>(53.157)</b>	<b>(84.660)</b>	<b>(21.346)</b>	<b>(60.560)</b>	<b>(81.906)</b>
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b>2.365.407</b>	<b>34.849</b>	<b>2.400.256</b>	<b>2.307.949</b>	<b>42.114</b>	<b>2.350.063</b>

Estes créditos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados com base no critério de vencimento de parcelas:

**Operações vencidas**

	0 - 30	31 - 60	61 - 90	91 - 180	181 - 360	acima de 360	total da carteira
AA	327.392	8.643	6.381	49.215	53.863	76.848	522.342
A	1.034.610	124.343	35.376	275.566	175.989	68.766	1.714.650
B	44.448	4.668	1.151	9.352	15.249	16.264	91.132
C	4.182	56	364	1.082	1.261	4.473	11.418
D	2.523	106	-	86	142	44.752	47.609
E	284	66	177	348	5	71	951
F	186	26	3	15	35	68	333
G	1.570	44	474	103	73	-	2.264
H	1.616	57	304	664	1.118	2.452	6.211
<b>TOTAL 2013</b>	<b>1.416.811</b>	<b>138.009</b>	<b>44.230</b>	<b>336.431</b>	<b>247.735</b>	<b>213.694</b>	<b>2.396.910</b>
TOTAL 2012	1.278.664	355.664	74.928	131.176	104.875	383.988	2.329.295

**Operações vencidas**

	0 - 30	31 - 60	61 - 90	91 - 180	181 - 360	acima de 360	total da carteira
B	9.274	1.883	-	-	-	-	11.157
C	851	7.157	688	267	-	-	8.963
D	177	510	5.139	893	18	-	6.737
E	162	102	495	3.550	496	-	4.805
F	93	177	237	4.553	921	-	5.981
G	51	179	34	8.360	350	-	8.974
H	747	451	42	8.475	29.853	1.821	41.389
<b>TOTAL 2013</b>	<b>11.355</b>	<b>10.459</b>	<b>6.635</b>	<b>26.098</b>	<b>31.638</b>	<b>1.821</b>	<b>88.006</b>
TOTAL 2012	12.885	15.557	17.367	25.022	30.197	1.646	102.674

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos, nos nove níveis de risco e a provisão para operações de crédito, estão a seguir demonstradas:

	Níveis									Total
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
<b>2013</b>										
<b>Setor privado</b>	<b>522.342</b>	<b>1.211.618</b>	<b>102.289</b>	<b>20.381</b>	<b>54.346</b>	<b>5.756</b>	<b>6.314</b>	<b>11.238</b>	<b>47.600</b>	<b>1.981.884</b>
Rural	189.961	187.873	16.577	5.491	2.529	731	851	986	9.378	414.377
Indústria	269.160	301.901	34.922	1.994	2.232	826	41	513	16.435	628.024
Comércio	38.136	388.528	27.914	5.137	2.523	1.890	3.104	7.161	11.465	485.858
Serviços	8.098	150.784	6.077	1.287	43.978	156	999	531	4.578	216.488
Pessoas físicas	16.987	182.532	16.799	6.472	3.084	2.153	1.319	2.047	5.736	237.129
Interm. Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8
<b>Setor público</b>	<b>-</b>	<b>503.032</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>503.032</b>
<b>TOTAL DA CARTEIRA</b>	<b>522.342</b>	<b>1.714.650</b>	<b>102.289</b>	<b>20.381</b>	<b>54.346</b>	<b>5.756</b>	<b>6.314</b>	<b>11.238</b>	<b>47.600</b>	<b>2.484.916</b>
Percentual requerido	-	0,5	1,0	3,0	10,0	30,0	50,0	70,0	100,0	-
Provisão constituída	-	(8.573)	(1.023)	(611)	(5.435)	(10.395)	(3.157)	(7.866)	(47.600)	(84.660)
<b>2012</b>										
TOTAL DA CARTEIRA	410.007	1.360.261	533.058	23.587	20.632	34.484	7.259	4.793	37.888	2.431.969
Provisão requerida e constituída	-	(6.801)	(5.331)	(708)	(2.063)	(22.131)	(3.629)	(3.355)	(37.888)	(81.906)

Quanto aos Setores de Atividade Econômica, a carteira está assim apresentada:

	2013	2012
<b>Setor Público</b>	<b>503.032</b>	<b>532.416</b>
Administração Direta	101.711	119.438
Administração Indireta	193.558	-
Atividades Empresariais	207.763	412.978
<b>Setor Privado</b>	<b>1.981.884</b>	<b>1.899.553</b>
Rural	414.377	290.556
Indústria	628.024	738.238
Comércio	485.858	338.662
Pessoas Físicas	237.129	189.776
Outros Serviços	216.488	342.321
Intermediários Financeiros	8	-
<b>TOTAL DA CARTEIRA</b>	<b>2.484.916</b>	<b>2.431.969</b>

A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	2013	2012
Saldos no início do período	(81.906)	(78.599)
Provisões constituídas	(77.658)	(74.104)
Valores baixados para prejuízo	74.892	67.197
Reversões	12	3.600
Saldos no fim do período	<b>(84.660)</b>	<b>(81.906)</b>

O saldo acumulado de operações de crédito baixado, controlado em conta de compensação, corresponde a R\$823.289 (R\$744.592 em 2012). A recuperação de créditos baixados como prejuízo totalizou R\$33.637 (R\$54.441 em 2012). Abaixo as Receitas de Operações classificadas por modalidade de Crédito:

	2013	2012
Empréstimos	150.673	171.366
Títulos descontados	5.753	5.645
Financiamentos	75.394	68.713
Financiamentos rurais e agroindustriais	26.230	24.053
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	33.637	54.441
<b>TOTAL</b>	<b>291.687</b>	<b>324.218</b>

Concentração dos principais devedores:

	31.12.2013	% CARTEIRA	31.12.2012	% CARTEIRA
10 maiores devedores	1.201.509	48,3	1.425.045	58,6
50 maiores devedores seguintes	484.244	19,5	354.907	14,6
100 maiores devedores seguintes	160.944	6,5	129.219	5,3
Demais devedores seguintes	638.219	25,7	522.798	21,5
<b>TOTAL</b>	<b>2.484.916</b>	<b>100,0</b>	<b>2.431.969</b>	<b>100,0</b>

**8. Outros Créditos**

Os Outros Créditos estão formados pelos valores demonstrados abaixo.

	2013	2012
Crédito tributário (nota nº 15.b)	892.823	593.504
Carteira de câmbio	28.013	121.372
Rendas a receber	52.687	46.846
Títulos e créditos a receber	36.216	194.992
CAPAF	155.969	147.708
(-) Provisão ativos atuariais- Capaf	(155.969)	-
Tecnologia	21.705	21.705
Outros	14.511	25.579
Câmbio	13.376	23.747
Remuneração OGU	1.050	1.748
Diversos	85	84
Devedores por compra de valores e bens	3.062	3.793
Devedores por depósitos em garantia (nota nº 29.d)	42.348	38.963
Recursos Fiscais	409	409
Recursos Trabalhistas	33.293	29.976
Recursos Cíveis	8.646	8.578
Devedores para apuração de responsabilidades	4.837	9.852
Impostos e contribuições a compensar	39	70
Pagamentos a ressarcir	22.291	18.868
Remissão de Dívidas - Lei 12.249/2010	13.321	13.321
Outros	8.970	5.547
Adiantamentos e antecipações salariais	216	7.396
Diversos	4.235	8.623
Provisão para outros créditos	(13.572)	(15.897)
<b>TOTAL</b>	<b>1.073.195</b>	<b>1.028.382</b>
<b>Saldo de curto prazo</b>	<b>217.264</b>	<b>337.013</b>
<b>Saldo de longo prazo</b>	<b>855.931</b>	<b>691.369</b>

De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco possui registrado na rubrica "outros créditos" o montante de R\$155.969 (R\$147.708 em 2012), decorrente de aportes efetuados a maior para o Plano de Benefício Misto e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido. Em razão da incerteza quanto à realização foi constituída provisão

total desse ativo.

O valor registrado na conta Títulos e Créditos a receber - Tecnologia, no valor de R\$21.705 (R\$21.705 em 2012) corresponde ao compromisso assumido por empresa prestadora de serviços de TI, conforme contrato "Termo de acordo, composição e ajuste".

Os valores da rubrica Outros incluem os títulos com características de concessão de crédito - operações desclassificadas de câmbio totalizando R\$13.376 (R\$23.747 em 2012), o valor a receber da taxa de remuneração dos recursos do OGU no montante de R\$1.050 (R\$1.748 em 2012) e créditos a receber diversos no valor de R\$85 (R\$84 em 2012).

O saldo de Devedores para Apuração de Responsabilidades, no valor de R\$4.837 (R\$9.852 em

A administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

A movimentação do Ativo Permanente no exercício está demonstrada abaixo:

	Saldo Inicial	Adição (Inversões)	Baixa (Alienação)	Depreciação/Amortização	Saldo Final
Investimentos	267	-	-	-	267
Imob. de uso	116.638	23.204	(175)	(13.974)	125.693
Diferido	2	-	-	(2)	-
Intangível	105.635	29.826	-	(14.523)	120.938
<b>TOTAL</b>	<b>222.542</b>	<b>53.030</b>	<b>(175)</b>	<b>(28.499)</b>	<b>246.898</b>

A Resolução CMN nº 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	2013	2012
Limite para Imobilização	812.496	981.907
(-) Situação	(138.356)	(116.103)
Margem	644.140	865.804
Índice de imobilização	10,4%	6,9%

#### 10. Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	2013					2012	
	À Vista	A Prazo	Outros	Poupança	Interf.	Total	Total
<b>Curto Prazo</b>	<b>760.781</b>	<b>971.302</b>	<b>770.862</b>	<b>548.813</b>	<b>18.634</b>	<b>3.070.392</b>	<b>2.359.602</b>
Sem Vencimento	760.781	-	-	-	18.634	779.415	1.791.176
Até 90 dias	-	344.766	765.829	548.813	-	1.659.408	247.210
De 91 a 360 dias	-	626.536	5.033	-	-	631.569	321.216
<b>Longo Prazo</b>	<b>-</b>	<b>143.696</b>	<b>24.490</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>168.186</b>	<b>156.647</b>
<b>TOTAL</b>	<b>760.781</b>	<b>1.114.998</b>	<b>795.352</b>	<b>548.813</b>	<b>18.634</b>	<b>3.238.578</b>	<b>2.516.249</b>

b) Os depósitos especiais com remuneração, classificados como outros depósitos, totalizaram R\$795.271 (R\$648.083 em 2012) e estão distribuídos da seguinte forma:

	2013	2012
FAT (nota nº 20)	35.392	31.696
FRAP	533	112
FIDER	220	202
FINAM	105.828	93.983
Dep. Especiais Remunerados – Sudam	653.298	522.090
<b>TOTAL</b>	<b>795.271</b>	<b>648.083</b>

Depósitos Especiais Remunerados - Sudam é um benefício fiscal instituído pelo Governo Federal que permite às empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa a 50% dos 30% do IRPJ devido. Os depósitos do incentivo, inclusive recursos próprios, serão feitos nas datas de pagamento do imposto, nos prazos indicados de acordo com o parágrafo 1º, do art. 115 da IN RFB nº 267 de 23/12/2002.

c) As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, totalizaram R\$34.002 (R\$23.495 em 2012), foram negociadas ao longo do período a uma taxa média anualizada de 8,2% (7,9% em 2012) e estavam garantidas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo.

d) Despesas de captações no mercado:

	2013	2012
<b>Despesas de Captações com Depósitos</b>	<b>167.158</b>	<b>147.295</b>
A prazo	70.265	53.752
Poupança	29.072	27.780
Especiais	62.590	60.839
Interfinanceiros	175	185
Demais captações	5.056	4.739
<b>Despesas de Captações no Mercado Aberto</b>	<b>2.036</b>	<b>9.714</b>
Carteira própria	2.036	9.714
<b>TOTAL</b>	<b>169.194</b>	<b>157.009</b>

#### 11. Obrigações por Empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante no período é de R\$32.247 (R\$139.223 em 2012), com vencimento no curto prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 1,5% a.a. (3,0% a.a. em 2012) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

#### 12. Obrigações por Repasses

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

	2013			2012			Total
	TAXA % a.a.	PRAZO (ano)	VALORES	TAXA % a.a.	PRAZO (ano)	VALORES	
BNDES Finem	6,8	3	29.674	6,9	5	32.913	
BNDES Industrial	7,2	10	270.488	7,3	20	254.124	
BNDES Rural	3,9	3	3.647	4,7	3	5.456	
BNDES Comércio	6,1	4	12.041	6,4	5	14.165	
BNDES Serviços	7,0	4	943	7,0	4	1.061	
BNDES Gov Munic	7,0	1	94	7,0	2	189	
Finame Industrial	10,5	7	8.082	12,8	8	5.001	
Finame Rural	0,7	7	23.310	3,4	5	3.489	
Finame Comércio	8,9	5	4.190	8,4	4	3.139	
Finame Serviços	9,5	6	122.842	8,8	7	121.736	
STN OGU	1,1	2	46.304	1,1	2	41.804	
STN – Recoop	7,8	3	26	7,8	4	35	
<b>TOTAL</b>			<b>521.641</b>			<b>483.112</b>	
<b>Curto Prazo</b>			<b>92.993</b>			<b>93.808</b>	
<b>Longo Prazo</b>			<b>428.648</b>			<b>389.304</b>	

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
B N D E S Finem	749	1.322	1.965	3.960	14.602	6.672	404	29.674
B N D E S Industrial	1.542	4.317	1.151	14.211	35.127	30.424	183.716	270.488
B N D E S Rural	567	19	174	470	2.417	-	-	3.647
B N D E S Comércio	354	645	322	2.579	5.768	1.574	799	12.041
B N D E S Serviços	25	52	3	214	538	37	74	943
B N D E S Gov Munic	7	16	8	39	24	-	-	94
F i n a m e Industrial	67	75	67	642	2.201	2.121	2.909	8.082
F i n a m e Rural	-	214	36	251	219	79	22.511	23.310
F i n a m e Comércio	72	188	230	619	1.726	749	606	4.190
F i n a m e Serviços	1.600	3.464	4.443	9.522	40.455	37.923	25.435	122.842
STN OGU	20.389	2.503	6.410	7.485	9.511	3	3	46.304
STN – Recoop	-	1	2	4	3	3	13	26
<b>T O T A L 2013</b>	<b>25.372</b>	<b>12.816</b>	<b>14.811</b>	<b>39.996</b>	<b>112.591</b>	<b>79.585</b>	<b>236.470</b>	<b>521.641</b>
T O T A L 2012	20.879	15.967	10.695	46.267	148.570	94.076	146.658	483.112

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Banco possui registrado do Orçamento Geral da União (OGU), o montante de R\$46.304 (R\$41.804 em 2012).

O total repassado pelo Tesouro no exercício foi da ordem de R\$12.300 (R\$17.124 em 2012). São remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decênio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decênio imediatamente anterior. No exercício, foi recolhido ao Tesouro Nacional o montante de R\$188 (R\$190 em 2012) e registrado como taxa de administração dos recursos do OGU o valor de R\$1.745 (R\$1.827 em 2012).

#### 13. Outras Obrigações

Os itens mais relevantes que compõem o grupo de outras obrigações estão a seguir demonstrados:

	2013	2012
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) <sup>(1)</sup>	3.439.502	3.591.260
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 21)	99.259	77.925
De Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 18)	43.742	-
Outros	78	78
<b>TOTAL</b>	<b>3.582.581</b>	<b>3.669.263</b>
<b>Saldo de curto prazo</b>	<b>3.488.328</b>	<b>3.595.927</b>
<b>Saldo de longo prazo</b>	<b>94.253</b>	<b>73.336</b>

(1) Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo BACEN (Nota nº19), não apresentando vencimento.

Apresentamos abaixo quadro com a movimentação dos recursos do FNO:

	2013	2012
Saldo no início do exercício	3.591.260	2.917.187
Repasse do Tesouro Nacional	1.861.14	1.726.828
Remuneração das disponibilidades	268.276	256.771
Amortizações de operações de crédito	2.085.062	1.992.725
Liberações de operações de crédito	(3.634.519)	(2.646.698)
Despesas com taxa de administração	(388.754)	(356.613)
Outras despesas (Del credere e auditoria)	(343.437)	(298.940)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>3.439.502</b>	<b>3.591.260</b>

b) Outros saldos estão apresentados abaixo:

	2013	2012
<b>Provisão para passivos contingentes</b>	<b>1.541.961</b>	<b>1.430.299</b>
Ações trabalhistas (nota nº 29.c)	36.312	24.762
Ações cíveis (nota nº 29.c)	35.090	30.803
Contribuição previdenciária - Capaf (nota nº 24)	-	517.280
Aposentados responsabilidade do Banco (nota nº 24)	-	64.392
Auxílio-saúde a aposentados (nota nº 24)	-	106.811
Provisão – FNO (nota nº 19)	643.441	576.584
Provisão para fundos de investimentos (nota nº 29.c)	8.370	8.893
Cessão de crédito – lei nº 9.138/1995	79.632	66.407
Provisão para plano BD Saldado (nota nº 24)	565.465	-
Provisão para plano Misto Saldado (nota nº 24)	146.258	-
Outras provisões operacionais	2.045	9.853
Outros	25.348	24.514
<b>Obrigações por aquisição de bens e direitos</b>	<b>58.871</b>	<b>35.201</b>
<b>Provisão para pagamentos a efetuar</b>	<b>67.750</b>	<b>63.411</b>
<b>Obrigações por convênios oficiais</b>	<b>822</b>	<b>9.090</b>
<b>Demais</b>	<b>38.090</b>	<b>38.772</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.707.493</b>	<b>1.576.773</b>
<b>Saldo de curto prazo</b>	<b>499.259</b>	<b>430.210</b>
<b>Saldo de longo prazo</b>	<b>1.208.234</b>	<b>1.146.563</b>

Cessão de Crédito – lei nº 9.138/1995 corresponde ao provisionamento do saldo das operações que também contemplam parcelas vencidas dos mutuários, cuja co-responsabilidade é do Banco. Essa co-responsabilidade encontra-se registrada na conta Coobrigações em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação. Em 31 de dezembro de 2013 o montante corresponde a R\$101.490 (R\$92.635 em 2012).

#### C) Passivos atuariais:

Através da Carta Circular nº 3.624/2013, o Bacen criou contas de "Passivos Atuariais", que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

Apresentamos a seguir o quadro com os saldos no final do exercício dos passivos atuariais:

	2013	2012
<b>Fundo de Pensão de Benefício Definido</b>	<b>357.507</b>	<b>-</b>
CAPAF (nota nº 24)	321.686	-
Aposentados (nota nº 24)	35.821	-
<b>Outros</b>	<b>106.371</b>	<b>-</b>
Auxílio Saúde (nota nº 24)	106.371	-
<b>TOTAL</b>	<b>463.878</b>	<b>-</b>
<b>Saldo de curto prazo</b>	<b>90.428</b>	<b>-</b>
<b>Saldo de longo prazo</b>	<b>373.450</b>	<b>-</b>

#### 14. Patrimônio Líquido

##### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.219.669 é representado por 2.964.596.762 de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

	2013	2012
<b>Quantidade de ações</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
De domiciliados no país	2.964.592.681	2.964.592.593
De domiciliados no exterior	4.081	4.169
<b>TOTAL</b>	<b>2.964.596.762</b>	<b>2.964.596.762</b>

Através do Decreto nº 13, de 22 de outubro de 2013, foi autorizada a integralização de cotas do Fundo de Garantia de Operações (FGO), de que trata a Lei nº 12.087/2009, por meio de transferência, dentre outras, de ações ordinárias do Banco da Amazônia.

O Ministério da Fazenda, por meio da Portaria nº 538, de 05 de novembro de 2013, autorizou a subscrição de cotas do FGO mediante transferência de ações ordinárias do Banco de propriedade da União, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), correspondendo a 312.500.000 (trezentos e doze milhões e quinhentas mil) ações. Em decorrência, a participação acionária da União no Capital do Banco passa a ser de 86,38% e do acionista minoritário 13,62%.

##### b) Redução do patrimônio líquido

Conforme demonstrado na nota nº 24, o Banco, ao assinar 4 contratos de compromisso financeiro para quitação em um prazo médio de 15 anos, assumiu uma obrigação no montante líquido de R\$477.805, registrado diretamente no PL em Ajustes de Avaliação Patrimonial, levando a sua redução.

##### c) Destinação do lucro líquido

A destinação do lucro está demonstrada a seguir:

Lucro líquido do exercício	182.498
Reserva Legal (5% do lucro líquido)	(9.126)
Saldo após a Reserva Legal	173.372
Realização da Reserva de Reavaliação	192
Base de cálculo do JCP	173.564
JCP	(48.598)
Reserva Estatutária	124.966

#### 15. Imposto de Renda e Contribuição Social

##### a) Provisões constituídas

Neste exercício, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no período, estão assim resumidas:

	2013		2012	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda (reapresentado)	Contribuição Social (reapresentado)
Lucro antes da tributação e participações	171.195	171.195	311.402	311.402
Participações Estatutárias	(15.586)	(15.586)	(15.616)	(15.616)
Juros sobre Capital Próprio	(48.598)	(48.598)	(79.351)	(79.351)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	107.011	107.011	216.435	216.435
Adições líquidas de caráter permanente	8.279	8.238	25.283	25.283
Adições líquidas de caráter temporário	157.975	157.975	24.136	24.136
Lucro tributável antes das compensações	273.265	273.224	265.854	265.854
Alíquotas	15%	15%	15%	15%
Valores devidos pela alíquota normal	40.990	40.984	39.878	39.878
Adicional de Imposto de Renda (10%)	27.302	-	26.561	-
Incentivos	(2.216)	-	(2.216)	-
<b>Valores devidos</b>	<b>66.076</b>	<b>40.984</b>	<b>64.223</b>	<b>39.878</b>
Realização Res. de Reavaliação e Diferido s/ MTM	(647)	(399)	(426)	(256)
<b>Valores registrados em resultado antes da ativação</b>	<b>65.429</b>	<b>40.585</b>	<b>63.797</b>	<b>39.622</b>
Crédito Tributário sobre diferenças temporárias	(83.064)	(49.839)	13.789	8.273
<b>Valores efetivamente registrados no resultado</b>	<b>(17.635)</b>	<b>(9.254)</b>	<b>77.586</b>	<b>47.895</b>
% da despesa efetiva em relação ao Lucro antes do IRPJ e CSLL	(16,5)	(8,6)	37,1	22,9

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos	2013	2012
	Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos - total	892.823

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 3.059/2002 e 3.353/2006, pela Circular Bacen nº 3.171/2002 e Deliberação CVM nº 273/1998.

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Conforme mencionado na nota nº 8, foi constituída provisão de R\$155.969 referente a incerteza quanto ao recebimento do ativo. Sobre esta provisão foi ativado o respectivo crédito tributário. As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no Patrimônio Líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

	Saldo em 2012 (reapresentado)	Constituição	Realização	Saldo em 2013
<b>Imposto de Renda</b>				
Provisão para Risco de Crédito	883.209	324.799	189.379	1.018.629
Auxílio pós-emprego	345.453	44.620	76.241	313.832
Auxílio pós-emprego – Del 695	78.666	14.614	32.767	60.513
Planos Saldados	-	533.802	51.115	482.687
Provisão Caixa de Previdência	-	155.969	-	155.969
Outras Provisões	179.070	87.808	63.812	203.066
<b>Base de Cálculo</b>	<b>1.486.398</b>	<b>1.161.612</b>	<b>413.314</b>	<b>2.234.696</b>
<b>Imposto de Renda Diferido (25%)</b>	<b>371.599</b>	<b>290.404</b>	<b>103.329</b>	<b>558.674</b>
<b>Contribuição Social</b>				
Provisão para Risco de Crédito	883.209	324.799	189.379	1.018.629
Auxílio pós-emprego	345.453	44.620	76.241	313.832
Auxílio pós-emprego – Del 695	78.666	14.614	32.767	60.513
Planos Saldados	-	533.802	51.115	482.687
Provisão Caixa de Previdência	-	155.969	-	155.969
Outras Provisões	172.037	87.808	63.812	196.033
<b>Base de Cálculo</b>	<b>1.479.365</b>	<b>1.161.612</b>	<b>413.314</b>	<b>2.227.663</b>
<b>Contribuição Social Diferida (15%)</b>	<b>221.905</b>	<b>174.241</b>	<b>61.997</b>	<b>334.149</b>
<b>TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO</b>	<b>593.504</b>	<b>464.645</b>	<b>165.326</b>	<b>892.823</b>

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no estudo técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

### c) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2013, apresenta-se da seguinte forma:

CRÉDITOS DE IMPOSTO DE RENDA	2014	2015	2016	2017	2018	De 2019 a 2023	TOTAL
Crédito Tributário de Imp. de Renda	66.866	66.563	117.654	46.787	42.092	218.712	558.674
Crédito Tributário de Contrib. Social	40.120	39.938	70.592	28.072	25.255	130.172	334.149
<b>TOTAL DOS CRÉDITOS</b>	<b>106.986</b>	<b>106.501</b>	<b>188.246</b>	<b>74.859</b>	<b>67.347</b>	<b>348.884</b>	<b>892.823</b>
Taxa média de captação ao ano (%)	10,09	10,09	9,70	8,73	7,76	-	-
<b>VLR PRESENTE DESTES ATIVOS</b>	<b>97.180</b>	<b>87.874</b>	<b>141.587</b>	<b>51.784</b>	<b>46.587</b>	-	--

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos 5 anos.

### d) Créditos tributários não ativados

No final do Exercício, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R\$138.009 (R\$115.279 em 2012). No total de 2013, está contido o valor de R\$91.614 relativo ao crédito tributário não ativado sobre o registro do saldamento dos Planos BD e Misto. Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos definidos no Estudo Técnico como critério para ativação. Em 2013, procedeu-se a reversão de R\$176.289 relativa à provisão contingencial, não tendo sido ativado o respectivo crédito tributário, razão pela qual foi baixada de crédito não ativado. Em 31 de dezembro de 2013, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

### 16. Desdobramento das Contas de Resultado

#### a) Receitas de prestação de serviços

	2013	2012
<b>Rendas administração de fundos e programas</b>	<b>412.562</b>	<b>401.839</b>
FNO (nota nº 19)	389.845	357.969
Finam (nota nº 17)	11.045	6.818
FDA (nota nº 18)	9.022	30.118
Demais rendas	2.650	6.934
<b>Outros serviços</b>	<b>17.038</b>	<b>15.184</b>
Demais rendas	17.038	15.184
<b>Sub-total</b>	<b>429.600</b>	<b>417.023</b>
<b>Rendas de tarifas bancárias</b>	<b>85.998</b>	<b>81.809</b>
Pessoa física	29.399	25.638
Pessoa jurídica	56.599	56.171
<b>TOTAL</b>	<b>515.598</b>	<b>498.832</b>

#### b) Despesas de pessoal

	2013	2012
Honorários	3.408	3.075
Benefícios	50.825	46.728
Encargos sociais	95.855	90.497
Proventos	260.914	218.252
Treinamento	5.105	5.619
Remuneração de estagiários	5.473	5.074
<b>TOTAL</b>	<b>421.580</b>	<b>369.245</b>

#### c) Outras despesas administrativas

	2013	2012
Água, energia e gás	8.277	10.110
Aluguéis	10.752	9.467
Processamento de dados	51.663	55.827
Comunicações	30.553	30.583
Manutenção e conservação de bens	9.405	9.978

Material	1.073	1.319
Serviços de terceiros	15.588	13.407
Vigilância e segurança	23.706	18.052
Serviços do sistema financeiro	16.347	14.551
Promoções e relações públicas	6.700	8.201
Propaganda e publicidade	7.662	9.949
Publicações oficiais	3.078	1.791
Serviços técnicos especializados	10.669	5.555
Transporte	17.875	16.030
Viagens	7.000	8.193
Depreciação	13.974	13.842
Amortização	14.525	15.403
Despesas administrativas	4.666	4.409
<b>TOTAL</b>	<b>253.513</b>	<b>246.667</b>

#### d) Despesas tributárias

	2013	2012
ISS	4.311	4.377
Cofins	52.563	49.719
PIS/Pasep	8.541	8.079
Demais tributos	2.132	1.633
<b>TOTAL</b>	<b>67.547</b>	<b>63.808</b>

#### e) Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas operacionais	2013	2012
Del credere – FNO (nota nº 19)	343.202	298.729
Demais rendas operacionais	317.431	117.258
Recuperações de operações do FNO (nota nº 19)	92.332	43.135
Receita de variação de taxas do FMM	10.781	9.057
Receita de variação de taxa de câmbio	15.404	20.921
Recuperação de encargos e despesas	3.143	10.550
Rendas sobre depósito compulsório	5.334	4.876
Reversão provisões operacionais	176.412	16.104
Demais receitas	14.025	12.615
<b>TOTAL</b>	<b>660.633</b>	<b>415.987</b>

#### Outras despesas operacionais

	2013	2012
Despesas de provisão – FNO (nota nº 19)	248.114	144.363
Atualização de benefícios pós-emprego	28.430	77.877
Apuração de responsabilidade	105	398
Despesas de fundos de investimento	6.593	7.979
Despesas de variação de taxa de câmbio	4.605	5.338
Passivos judiciais e legais	20.334	19.020
Cessão de crédito - lei nº 9.138/1995	13.224	9.352
Despesas pós-emprego – assistidos	4.370	7.125
Despesas pós-emprego – auxílio saúde	13.277	14.227
Agravamento de operações	-	4.310
Provisão ativos atuariais - Capaf	155.969	-
Atualização de Planos Saldados	77.511	-
Despesas com TVM	4.370	-
Demais despesas operacionais	9.742	13.628
<b>TOTAL</b>	<b>586.644</b>	<b>303.617</b>

### 17. Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)

O Finam, criado pelo Decreto Lei nº 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério da Integração Nacional, através do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos (DFRP). Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da região Amazônica.

O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do Finam, recebendo a título de remuneração 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo, conforme legislação vigente. No exercício, foi apropriado e recebido, como Receita de Prestação de Serviço, o valor de R\$11.045 (R\$6.818 em 2012).

### 18. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios e de atividades produtivas.

O montante aplicado até 31.12.2013 é de R\$2.473.650 (R\$2.933.105 em 2012). Sobre operações contratadas até 03.04.2012, o Banco possui risco de 2,5% com direito a taxa de administração de 2,0% sobre cada liberação. No exercício, foi recebido a título de taxa de administração R\$9.022 (R\$30.118 em 2012). Quanto ao risco, a provisão é de R\$504 (R\$561 em 2012), registrado em passivos contingentes.

No final de 2013 passaram a ser liberadas operações com risco integral do Banco, com as seguintes características:

- encargo cobrado na operação – 2,5% a.a;
- remuneração do Fundo – 1,5% a.a;
- remuneração do Banco – 2,5% a.a, sendo 1% aa recebido da operação e 1,5% a.a via equalização junto ao Tesouro Nacional;
- Taxa de administração - nihil

A obrigação junto ao FDA, nessa nova modalidade, está registrada em Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, cujo saldo no final do exercício é de R\$43.742 (nihil em 2012).

### 19. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	2013	2012
Taxa de administração	389.845	357.969
Del-credere	343.202	298.729
Recuperação de operações	92.838	43.175
Remuneração do disponível	(268.276)	(256.771)
Desp. provisão (risco compartilhado)	(248.114)	(144.363)

A Taxa de administração de 0,25% a.m. é incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do Pronaf, calculados na forma da legislação vigente. O Del-credere corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não auferia del-credere, por estar isento de risco;

Do montante de receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, R\$57.464 (R\$42.596 em 2012) são referentes às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005;

O valor registrado no Disponível é remunerado a taxa extra-mercado e esse encargo é registrado na rubrica "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento";

A despesa de provisão (risco compartilhado) é calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999 e registrada na conta "Provisão para Passivos Contingentes", cujo saldo acumulado é R\$643.441 (R\$576.584 em 2012).

No exercício, o Banco procedeu à baixa de R\$181.257 (R\$172.098 em 2012) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO – risco compartilhado e das provisões está apresentada abaixo:

NÍVEL DE RISCO	FINANCIAMENTOS	PROVISÃO	FINANCIAMENTOS	PROVISÃO
AA	2.132.922	-	1.444.551	-
A	6.825.647	17.064	5.487.326	13.718
B	1.451.467	7.257	1.746.742	8.734
C	549.724	8.244	425.503	6.383
D	204.501	10.225	187.110	9.355
E	112.618	16.889	82.516	12.377
F	44.660	11.165	119.400	29.850
G	121.883	42.659	82.522	28.883
H	1.060.129	529.938	936.498	467.284
<b>TOTAL</b>	<b>12.503.551</b>	<b>643.441</b>	<b>10.512.168</b>	<b>576.584</b>

### 20. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Instituído pela lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo gerido por um Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e tem como foco a geração de emprego e renda.

Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei 8.352/1991, sendo que no Banco esses recursos estão registrados em "Depósitos Especiais com Remuneração", do grupamento de "Depósitos a Prazo", remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Sêlic e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Em atendimento às Resoluções do Codefat, nºs 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no exercício, no montante de R\$8.080 (R\$9.597 em 2012), conforme demonstrado

a seguir:

	Taxa	2013			2012		
		Reembolsos	Saldos	Reembolsos	Saldos		
<b>Aplicado</b>	TJLP	<b>1.356</b>	<b>31.782</b>	<b>1.070</b>	<b>26.631</b>		
Proger urbano	-	1.356	-	-	-		
<b>Disponível</b>	TMS	<b>293</b>	<b>3.610</b>	<b>1.293</b>	<b>5.065</b>		
Proger urbano	-	293	-	1.280	-		
Pronaf	-	-	-	13	-		
<b>Principal</b>	-	<b>6.431</b>	-	<b>7.234</b>	-		
Proger urbano	-	6.430	-	6.616	-		
Pronaf	-	1	-	618	-		
<b>TOTAL</b>	-	<b>8.080</b>	<b>35.392</b>	<b>9.597</b>	<b>31.696</b>		

Os recursos do FAT são aplicados em financiamentos, tendo como base o programa para a geração de emprego e renda (Proger), nas modalidades:

a. Proger- urbano – que se destina ao atendimento da demanda de crédito das pequenas e microempresas, dos empreendedores do setor informal da economia, das cooperativas e associações de produção e dos recém-formados;

b. Pronaf - com finalidade de propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, geração de emprego e melhoria de renda, mediante fornecimento de crédito e assistência aos agricultores familiares.

Programa	Resolução /TADE	2013			2012		
		Disponível TMS <sup>(1)</sup>	Aplicado TJLP	Total	Disponível TMS <sup>(1)</sup>	Aplicado TJLP	Total
Proger urbano	024/2005	3.610	31.782	35.392	5.064	26.631	31.695
Pronaf	003/2007	-	-	-	1	-	1
<b>TOTAL</b>		<b>3.610</b>	<b>31.782</b>	<b>35.392</b>	<b>5.065</b>	<b>26.631</b>	<b>31.696</b>

(1) Recursos remunerados pela taxa média SELIC.

As obrigações com o FAT apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento:

A vencer	2013		2012	
	Valores	%	Valores	%
Até 30 dias	4.778	13,5	6.015	19,0
De 31 a 90 dias	1.090	3,1	1.184	3,7
De 91 a 180 dias	1.658	4,7	1.716	5,4
De 181 a 360 dias	3.375	9,5	3.113	9,8
Mais de 1 ano	24.491	69,2	19.668	62,1
<b>TOTAL</b>	<b>35.392</b>	<b>100,0</b>	<b>31.696</b>	<b>100,0</b>

No ativo do Banco, o montante das operações de crédito realizadas com recursos do FAT importa em R\$33.716 (R\$29.971 em 2012), conforme abaixo demonstrado:

Programa	Resolução /TADE	2013	2012
Proger	TADE 024	33.716	29.301
Pronaf	TADE 003	-	670
<b>TOTAL</b>		<b>33.716</b>	<b>29.971</b>

## 21. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério dos Transportes, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

O recurso é atualizado monetariamente com base na variação do dólar (PTAX), mais juros simples de 0,1% a.a.

Os recursos repassados estão registrados na rubrica "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento", cujo montante no exercício é de R\$99.259 (R\$77.925 em 2012).

## 22. Fundos de Investimento Financeiro

O Banco opera os Fundos de Investimento: Cotas de Fundos de Investimento Amazônia Renda Fixa Longo Prazo e Cotas de Fundos de Investimento Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo; que são administrados e geridos pela Caixa Econômica Federal, tendo como custodiante o Bradesco.

Além desses Fundos, ainda permanecem os fundos de investimentos financeiros, antes custodiados pelo extinto Banco Santos: Fundos de Investimento Financeiro (FIF's), sendo a responsabilidade da gestão e custódia dos ativos indisponíveis do Banco da Amazônia, e os Fundos de Aplicação em Cotas (FAC's), administrados e geridos pela BNY Mellon Serviços Financeiros, e custodiados pelo Bradesco.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Os saldos dos Patrimônios Líquidos desses Fundos estão assim representados:

	2013	2012
FIC Amazônia Renda Fixa Longo Prazo	-	468
FIC Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo	37.057	33.343
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	129	88
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seletivo "2"	400	52
Fundo Amazônia Mix "2"	55	33
Fundo Amazônia Credit 90	294	6

Neste exercício, foi transferido para o Banco o montante de R\$678 (R\$3.544 em 2012) correspondente aos fundos FIF's e FAC's cindidos, referente às cotas adquiridas pelo Banco dos cotistas que já receberam por via judicial.

## 23. Partes relacionadas

Os honorários atribuídos, no exercício, aos administradores do Banco são compostos conforme segue (em R\$ mil):

	2013	2012
Diretoria	2.758	2.827
Honorários	2.153	2.457
Ajuda de Custo	300	-
Participação no Lucro	305	370
Conselho de Administração	189	204
Conselho Fiscal	146	138
Comitê de Auditoria	315	276
<b>TOTAL</b>	<b>3.408</b>	<b>3.445</b>

A remuneração média mensal paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada, ressaltando que em 2013, na média da Diretoria, estão incluídas as verbas das rescisões de três ex dirigentes ocorridas no período:

	2013	2012
Diretoria	36.142,00	29.353,35
Conselho de Administração	3.136,68	2.643,50
Conselho Fiscal	2.988,25	2.825,30

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas explicativas números: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Obrigações), 17 (Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM), 18 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA), 19 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO), 20 (Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT) e 21 (Fundo da Marinha Mercante - FMM). As operações com entidades sobre as quais o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na nota nº 24 (Benefícios a Empregados).

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no exercício está demonstrado a seguir:

	2013	2012
Receitas de taxa de administração	412.562	401.839
Despesa de provisão FNO (risco compartilhado)	(248.114)	(144.363)
Despesas de contribuição patronal - Capaf	(6.585)	(10.720)
Atualização de ajuste pós-emprego - Capaf (nota nº 16.e)	(123.588)	(106.490)

Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

	2013	2012
<b>Passivos</b>		
<b>Depósito a Prazo – FAT (nota nº 20)</b>	<b>35.392</b>	<b>31.696</b>
<b>Obrigações por Repasse do País (nota nº 12)</b>	<b>521.641</b>	<b>483.112</b>
Tesouro Nacional	46.330	41.839
BNDDES	316.888	307.908
Finame	158.423	133.365
<b>Outras Obrigações</b>	<b>3.538.761</b>	<b>3.669.185</b>
Fundo constitucional do Norte – FNO (notas nº 13 e 19)	3.439.502	3.591.260
Fundo da Marinha Mercante – FMM (notas nº 13 e 21)	99.259	77.925
<b>TOTAL</b>	<b>4.095.794</b>	<b>4.183.993</b>

## 24. Benefícios a empregados

Em razão da constante situação deficitária dos planos administrados (Benefício Definido – BD e Misto) pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF), ocasionando o descumprimento da legislação, o Banco ofertou aos participantes, ao longo dos anos, diversas propostas de solução, sendo a maioria rejeitada.

Com o agravamento da situação, que culminou com a exaustão dos recursos líquidos do Plano BD e na busca de solucionar o déficit, foi aprovada pela PREVIC, em 06.08.2010, os Regulamentos dos Planos Saldados, tendo sido possível a implantação dos mesmos em 08.02.2013 quando foi atingido o número de adesões de participantes que viabilizaram referidos planos.

Com a implantação dos Planos Saldados o Banco assumiu uma obrigação de R\$685.327, mediante a assinatura de 04 (quatro) contratos de compromisso financeiro para quitação em um prazo médio de 15 anos. A obrigação é atualizada pela variação do INPC-IBGE e pela taxa máxima real de juros admitidas nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Anualmente, de acordo com os contratos, será procedida, no mês de março, avaliação atuarial para verificar se o valor estipulado está compatível com a necessidade, podendo aumentar ou diminuir e também ser exigido complementação referente a modificação da situação dos participantes, ainda que retroativamente.

Considerando que apenas 52% dos participantes aderiram aos Planos Saldados, tendo os demais permanecido nos planos deficitários de Benefício Definido e Misto, a PREVIC, através das Portarias nº 108 e 110 de 07.03.2013, publicadas no Diário Oficial da União de 08.03.2013, decretou a liquidação extrajudicial dos mesmos.

Novamente as associações dos empregados do Banco, juntamente com a dos aposentados, impetraram ação judicial objetivando a suspensão do processo, tendo o pleito sido acatado pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região – DF, que em 11.09.2013, expediu liminar determinando a imediata suspensão da liquidação dos referidos planos. Tais liminares ainda se encontram em vigência.

A atualização da obrigação do Banco nos planos saldados, tomando por base a variação do INPC-IBGE e a taxa real de 5,75% a.a., conforme definido na IN-PREVIC nº 09, de 29.11.2012, foi de R\$77.511.

A movimentação desta nova obrigação referente aos planos saldados apresentou a seguinte movimentação:

### Como Obrigação:

Valor da Obrigação em 31.12.2012	685.327
Atualização	77.511
(-) Valores Pagos	(51.115)
Saldo em 31.12.2013	<b>711.723</b>

### No Patrimônio Líquido:

Valor Contratual	<b>685.327</b>
(-) Provisão existente em 31.12.2012 referente ao saldamento	25.005
Valor Líquido	<b>660.322</b>
Base para os Impactos tributários (cfe. Res. CMN nº 3.059/2002)	456.291
Total de crédito tributário ativado	<b>(182.517)</b>
Imposto de renda	(114.073)
Contribuição Social	(68.444)
<b>Efeito Líquido no PL</b>	<b>477.805</b>

### PLANOS LIQUIDADOS

Com a decretação do processo de liquidação extrajudicial dos planos de Benefício Definido (BD) e Misto, pela PREVIC, através das Portarias nºs 108 e 110, de 07.03.2013, a princípio, cessou a responsabilidade do Banco perante esses planos, gerando, no entanto, uma contingência provável em razão da obrigação como patrocinador.

Diante do cenário de liquidação, o Banco manteve a provisão existente em 01 de janeiro de 2013, já com os reflexos da implantação da Del. CVM nº 695/2012, que apresentou a seguinte movimentação:

	2013	2012
Saldo no início do exercício	<b>(438.615)</b>	<b>(404.984)</b>
Eliminação do corredor	(53.565)	(26.495)
Transferência Contingência Previdenciária	176.289	-
Outros ajustes	(74)	(24.584)
Acréscimo via Patrimônio Líquido	(14.615)	-
Acréscimo via Resultado	(28.430)	-
Pagamentos efetuados no exercício	37.324	8.113
Saldo no final do exercício	<b>(321.686)</b>	<b>(447.950)</b>

A provisão que está sendo mantida, no montante de R\$321.686, corresponde a 50% do déficit, em razão do que estabelecem as Leis Complementares nºs. 108 e 109, ambas de 2001, sendo R\$320.623 para o BD Liquidado e R\$1.063 para o Misto Liquidado.

Os pagamentos realizados, que importaram em R\$37.324, correspondem ao cumprimento da decisão judicial que determinou ao Banco a complementação mensal dos recursos necessários para a folha de pagamento dos beneficiários do plano BD.

Em razão da suspensão do processo de liquidação determinado pela justiça, o Banco voltou a repassar a contribuição patronal, que totalizou R\$1.910.

Considerando que os planos BD e Misto vinham sendo calculados na forma da Deliberação CVM 600/2009, demonstramos abaixo os efeitos da mudança de práticas em razão da adoção inicial da Deliberação CVM 695/2012:

### OUTRAS CONTINGÊNCIAS

	CAPAF Plano BD	CAPAF Plano Misto
	<b>31.12.2012</b>	
<b>Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial</b>		
Valor presente obrigação atuarial início do exercício	(649.725)	(163.311)
Custo de serviço corrente	(2.549)	(45)
Custo de juros	(34.876)	(8.735)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(71.054)	(6.546)
Benefícios pagos pelo plano	22.677	10.387
<b>Valor presente obrigação no final do exercício</b>	<b>(735.527)</b>	<b>(168.250)</b>
<b>Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos</b>		
Valor justo dos Ativos Plano no início do exercício	(246.175)	96.747
Retorno esperado dos ativos	(13.185)	6.991
Ganhos / (Perdas) Atuariais	18.967	7.187
Contribuições (empregador / participantes)	14.238	170
Benefícios pagos pelo plano	(22.677)	(10.387)
<b>Valor justo dos Ativos Plano no final do exercício</b>	<b>(248.832)</b>	<b>(100.708)</b>
<b>Status do plano</b>		
Valor presente obrigação atuarial	(735.527)	(168.250)
(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial	492.179	33.771
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida</b>	<b>(243.348)</b>	<b>(134.479)</b>
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(248.832)	100.708
<b>Valor Líquido Passivo/ (ativo) de benefício definido</b>	<b>(492.180)</b>	<b>(33.771)</b>
	<b>Plano BD</b>	<b>Plano Misto</b>
	<b>31.12.2012</b>	
<b>Valor líquido de benefício definido</b>	<b>(492.180)</b>	<b>(33.771)</b>
<b>Movimentação do Valor Líquido de Passivo (Ativo) de Benefício:</b>		
(Passivo)/ Ativo reconhecido no início do exercício	(447.950)	(33.282)
Pagamentos para o plano líquido de administração	8.145	85
Receita/ (Despesa) reconhecida na Demonstração do Resultado do Exercício	(25.305)	(894)
Montante reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	(27.070)	320
<b>Valor justo dos Ativos Plano no final do exercício</b>	<b>(492.180)</b>	<b>(33.771)</b>

Durante o exercício, a Administração do Banco optou por manter uma provisão adicional de R\$176.289, em razão das constantes ações judiciais impetradas pelos participantes dos planos administrados pela CAPAF e que provocam a elevação significativa do déficit atuarial dos planos liquidados.

Considerando que a liquidação dos planos BD e Misto está suspensa por força de decisão

judicial, a provisão adicional foi revertida, permanecendo a provisão correspondente a 50% do déficit atuarial de tais planos.

#### PREVAMAZÔNIA

Com a implantação do PrevAmazônia, cujo regulamento foi aprovado pela Portaria Previc nº 585, de 05.08.2010, o Banco pagou, no exercício, em forma de cota patronal o valor de R\$4.674. O PrevAmazônia é um plano de contribuição definida oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997.

#### ASSISTIDOS

O Banco mantém sob sua responsabilidade o pagamento da complementação de aposentadoria dos empregados aposentados até 1981. Parte desses beneficiários aderiram ao plano salgado, passando a compor o quadro de Benefício Salgado. No final do exercício a obrigação do Banco junto a esses beneficiários correspondeu a R\$35.821.

#### AUXÍLIO SAÚDE

São concedidos, também, aos aposentados e pensionistas meios indenizáveis ao custo dos tratamentos necessários à manutenção e à prevenção da saúde, denominados auxílio-saúde, cujo valor presente da obrigação do Banco é calculado atuarialmente. De acordo com o regulamento desse benefício, a participação do Banco dar-se-á pelo repasse mensal de verba aos beneficiários do programa, a título de reembolso dos valores pagos ao Plano de Saúde, nos limites estabelecidos conforme a disponibilidade orçamentária existente para cada ano.

O valor dessa obrigação no final do exercício importou em R\$106.371.

#### Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

	Assistidos pelo Banco		Auxílio Saúde	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<b>I - Financeiras (a.a)</b>				
Taxa de juros de desconto atuarial	12,2%	5,5%	12,7%	5,5%
Projeção de aumentos salariais	-	-	12,0%	12,0%
Projeção de aumentos reais dos benefícios	0,5%	0,5%	-	-
Taxa de inflação	5,8%	5,0%	5,8%	5,0%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento real dos custos de saúde	-	-	2,2%	2,2%
	Assistidos pelo Banco		Auxílio Saúde	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<b>II - Demográficas</b>				
Taxa de rotatividade	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-83M	AT-83M	AT-83M	AT-83M
Tábua de mortalidade/sobrevivência aposentados	AT-83M	AT-83M	AT-83M	AT-83M
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC
Tábua de entrada em invalidez	TASA 27	TASA 27	TASA 27	TASA 27
Tábua de morbidez	N/A	N/A	N/A	N/A

#### Conciliação do valor líquido de passivo / (ativo) de benefício Definido

	Assistidos pelo Banco	
	31.12.2013	31.12.2012
<b>Valor líquido de ativo de benefício definido</b>	<b>(35.821)</b>	<b>(76.828)</b>
<b>Movimentação do Valor Líquido de Passivo (Ativo) de Benefício:</b>		
Passivo reconhecido no início do exercício	(76.828)	(70.520)
Pagamentos para plano líquido de administração	7.511	5.548
Custo de juros	(4.370)	(3.823)
Montante reconhecido em outros resultados abrangentes	12.862	(8.033)
Saldamento	25.004	-
<b>Passivo reconhecido no final do exercício</b>	<b>(35.821)</b>	<b>(76.828)</b>
<b>(Receita) / Despesa na Demonstração Resultado Exercício</b>	<b>(4.370)</b>	<b>(3.823)</b>
<b>Montante reconhecido como Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>12.862</b>	<b>(8.033)</b>

	Auxílio Saúde	
	31.12.2013	31.12.2012
<b>Valor líquido de ativo de benefício definido</b>	<b>(106.371)</b>	<b>(119.476)</b>
<b>Movimentação do Valor Líquido de Passivo (Ativo) de Benefício:</b>		
(Passivo)/Ativo reconhecido no início do exercício	(119.476)	(110.240)
Pagamentos para plano líquido de administração	6.474	3.008
Custo de serviço corrente	(3.573)	(1.117)
Custo de juros	(9.703)	(6.052)
Montante reconhecido em outros resultados abrangentes	19.907	(5.075)
<b>Passivo reconhecido no final do exercício</b>	<b>(106.371)</b>	<b>(119.476)</b>
<b>(Receita) / Despesa na Demonstração Resultado Exercício</b>	<b>(13.277)</b>	<b>7.169</b>
<b>Montante reconhecido como Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>19.907</b>	<b>(5.075)</b>

#### Categorias dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

#### Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

#### Descrição da Base utilizada para determinar a Taxa Esperada de Retorno dos Ativos

O Auxílio Saúde não mantém ativos justos para cobertura do Plano. E quanto aos Assistidos, são custeados diretamente pelo Banco, desta forma a taxa de retorno dos ativos não é aplicável para esta obrigação.

#### Retorno anual dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

#### 25. Remuneração Paga aos Empregados

**a) Remuneração dos empregados** (em R\$ unitários) (em R\$ 2.799,60 (R\$4.853,50 em 2012)). A maior e menor remuneração mensal dos seus empregados correspondem a:

	2013		2012	
	Maior	Menor	Maior	Menor
<b>Empregados</b>	<b>18.836,79</b>	<b>1.789,38</b>	<b>17.441,47</b>	<b>1.649,20</b>
Vencimento básico	3.357,42	1.112,93	3.108,72	1.030,49
Adicional por tempo de serviço	1.004,43	-	797,16	-
Adicional de função comissionada	3.887,40	-	3.599,45	-
Gratificação especial mensal	2.749,75	377,32	2.501,78	349,37
Complem. pessoal temp. adicional de função	7.837,79	-	7.434,36	-
Acordo de trabalho	-	299,13	-	269,34

Neste exercício, foi destinado aos empregados, a título de participação nos lucros, o montante de R\$15.330 (R\$15.134 em 2012).

#### 26. Processo de Gerenciamento de Riscos

No Banco da Amazônia, os instrumentos de governança corporativa incluem estrutura de controles internos que objetivam manter um adequado acompanhamento dos riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. O Banco baseia a sua metodologia de gerenciamento de riscos no que recomenda o Comitê de Basileia e nas exigências do Acordo de Basileia II e III, através do mapeamento e identificação dos riscos inerentes e potenciais dos diversos processos do Banco, com o intuito de maximizar as oportunidades para que os objetivos sejam atingidos e mitigar os efeitos negativos, de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos internos.

As políticas de risco estão publicadas no Sistema de Normativos – Sisnor e contemplam conceitos, diretrizes e procedimentos do Banco para a gestão de risco de mercado, liquidez, operacional e de crédito. A Diretoria Executiva é responsável pela aprovação das políticas de risco e as submete à chancela do Conselho de Administração do Banco.

A gestão de risco está distribuída em:

#### a) Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e ainda, a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma

descontinuidade no mercado.

A Política de Liquidez estabelece os critérios de definição dos Índices de Disponibilidade, sendo o monitoramento e a aferição dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos do fluxo de caixa realizados pela Gerência de Riscos.

Devido à posição conservadora adotada pelo Banco quanto à aplicação dos recursos disponíveis e a manutenção da alta liquidez da Instituição, o perfil de liquidez permanece estável, sendo a concentração maior em títulos públicos, que representa 75% do total da Carteira TVM, dos quais as LFT's detêm maior participação, com 90% do total de aplicações, por serem indexados a Selic e por possuírem baixo risco e alta liquidez no mercado. O Banco também manteve o maior volume em operações compromissadas, com posição doadora de recursos, mantendo o perfil histórico da Instituição.

Os recursos oriundos do FNO, no período de um ano, apresentaram decréscimo no disponível ajustável de aproximadamente 2,90%, cerca de R\$ 96 milhões, demonstrando que o Banco teve aumento de liberações de recursos em relação ao volume de ingressos.

#### b) Gestão do Risco de Crédito

A Política de Risco de Crédito do Banco, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade de crédito da Instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores *spreads* e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco, e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da Instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco, atualmente, distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

O Banco da Amazônia é o responsável pela classificação da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como: I) em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito; II) em relação à operação: natureza e finalidade do crédito, valor.

Foram adotadas as seguintes ações para qualificar a concessão do crédito, alinhar-se às melhores práticas do mercado bancário e voltar-se com segurança e modernidade à gestão do risco de crédito, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito e à vista das diretrizes de Basileia II e da Resolução nº 3.721/2009:

1. Contratação de empresa especializada em gestão de risco de crédito para desenvolver solução de gestão de risco de crédito para o Banco da Amazônia, focada nos mercados de Varejo e de Atacado. A aquisição inclui implantação, instalação, parametrização, integração, personalização, prestação de suporte técnico, atualização de versão do Sistema; prestação de serviços de consultoria e treinamento e garantia de manutenção do Sistema. A solução já foi lançada em produção, com disponibilidade de acesso para as Gerências Executivas, estando em fase de consolidação e qualificação de dados do Banco, inclusive de atualizações de versões resultantes de demandas legais do Bacen, com carga histórica prevista de 07 anos, a se iniciar após a automatização da carga de dados (fev/2014).

Foram iniciadas as ações de Gestão de Risco de Crédito, com a utilização dos dados da solução, detalhadas em cronograma de projeto, dentre as quais citamos: o estabelecimento de limites de diversificação por produto (carteira comercial) e setor; disponibilização mensal de relatórios gerenciais; acompanhamento de indicadores de desempenho e outros relacionados ao risco de crédito; etc.

2. Contratação de empresa especializada em Modelagem e Validação de Risco de Crédito com os seguintes objetivos: I) revisar os modelos de avaliação de risco de crédito (remodelagem) que o Banco utiliza para mensuração e gerenciamento de exposições ao risco de crédito e para efeito de atendimento aos termos da Resolução CMN nº 2.682/1999 e 3.721/2009 e demais regulamentações associadas; II) elaborar modelagens adicionais de avaliação de risco de crédito, compatíveis com as necessidades da nova realidade organizacional e de mercado e o novo modelo de negócios do Banco com a segmentação de clientes; III) redefinir fronteiras de decisão, pontos de corte e limites de exposição ao risco de crédito. A consultoria entregou diagnóstico correspondente à primeira etapa do projeto, assim como os relatórios referentes aos novos modelos por segmento, além da remodelagem das operações de tesouraria e operações estruturadas, apte ao risco, e documentação final consolidando as informações. O projeto teve sua conclusão efetivada em 30 de setembro de 2013.

Os trabalhos realizados pela consultoria e a aquisição de uma nova ferramenta de controle tornarão ainda mais eficiente a gestão do risco de crédito institucional e fortalecerá a respectiva aderência às políticas e às exigências do acordo de Basileia II e da Resolução CMN nº 3.721/2009, com ganho de conhecimento técnico às equipes internas responsáveis pela modelagem e remodelagem periódicas.

3. Contratação de empresa especializada para implantação de solução de controle de garantias, objetivando consolidar a base de garantias do Banco e oferecer ferramentas automatizadas para o seu gerenciamento, sendo uma única base corporativa de informações da Instituição, controlando a insuficiência ou disponibilidade de garantias, contribuindo para reduzir o risco operacional, bem como instrumento de mitigação de risco de crédito. O projeto encontra-se em desenvolvimento, estando em fase de parametrização e ajustes finais para adequação às peculiaridades dos sistemas de crédito. A previsão para entrada em produção do sistema é março de 2014. Os demais sistemas legados entrarão em processo de desenvolvimento de regras de integração, a partir de agosto de 2014.

#### c) Gestão de Risco de Mercado

O risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições, incluindo os riscos das operações sujeitas a variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*), detidas pelo Banco.

A Política de Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, a qual estabelece os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme os termos da Circular/Bacen nº 3.354/2007.

O Value at Risk (VaR), que representa o valor máximo de potencial de perda a que fica exposta a Instituição em função de oscilação dos preços dos seus ativos, é calculado diariamente para as diversas carteiras do Banco, em complementação ao modelo de alocação de capital definido pelo Bacen.

Em função da sua posição conservadora em termos de exposição, o Banco da Amazônia mantém alocação de 91,98% do valor de mercado (MtM) da sua carteira indexada à Selic e CDI. O baixo valor em risco é também evidenciado por um VaR de R\$2.751 em 2013 (R\$3.401 em 2012), o que representa um percentual de 0,05% do valor de mercado do total da carteira.

#### d) Gestão de Capital

No sentido de aprimorar sua gestão de capital e alinhado as determinações do Conselho Monetário Nacional (Res. CMN nº 9.988/2011), o Banco implantou uma estrutura de gestão de capital inicialmente formada por um projeto corporativo, que tem como responsável perante o Banco Central o Diretor de Controle e Risco.

O projeto envolve diversas áreas do Banco e para isso foi formado um Comitê composto por representantes das áreas com maior participação no contexto de Basileia III.

O Banco possui políticas, estratégias e ferramentas para identificação e avaliação dos riscos a que está exposto, inclusive aqueles não abrangidos pelo patrimônio de referência exigido (PRE).

#### e) Índice da Basileia (limite operacional)

O Índice de Basileia foi apurado ainda pelos critérios estabelecidos pelas resoluções CMN nºs 3.444/2007 e 3190/2007, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

	2013	2012
<b>PR Nível I</b>	<b>1.591.523</b>	<b>1.898.878</b>
Capital Social	1.219.669	1.219.669
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reserva Legal	92.707	83.582
Reservas Estatutárias	807.164	682.198
Ajuste de avaliação patrimonial	(522.974)	(33.754)
Lucros ou prejuízos acumulados	-	(743)
Ativos Diferidos	-	(19.149)
Ajustes da marcação a mercado	(7.296)	(35.178)
<b>PR Nível II</b>	<b>33.470</b>	<b>64.937</b>
Reservas de Reavaliação	26.174	29.759
Ajustes da marcação a mercado	7.296	35.178
<b>Patrimônio de Referência - PR</b>	<b>1.624.993</b>	<b>1.963.815</b>
Parcela de risco de crédito (Pepr)	1.218.624	1.291.368
Parcela de risco de mercado (Pcam/Pjur)	72	89
Parcela de risco operacional (Popr)	78.442	156.558
<b>Patrimônio de Referência Exigido - PRE</b>	<b>1.297.138</b>	<b>1.448.015</b>
<b>Parcela de risco de mercado (Rban)</b>	<b>2.568</b>	<b>3.284</b>
<b>Excesso/Insuficiência de PR (PR - PRE - Rban)</b>	<b>325.287</b>	<b>512.516</b>
<b>Índice da Basileia: (PRx100)/(PRE/0,11)</b>	<b>13,8%</b>	<b>14,9%</b>

Destaca-se que a partir de 01.10.2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I- nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar.

II- nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do adicional de Capital Principal.

O escopo de consolidação utilizado como base para verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01.10.2013 até 31.12.2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01.01.2015.

Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ou PRMR, em datas anteriores a 01.10.2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 3.444/2007 e nº 3.490/2007, respectivamente.

Com a vigência da Resolução CMN nº 4.192/2013 foi procedido o cálculo para apuração do PR, de acordo com as novas regras:

	<b>2013</b>
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>Financeiro</b>
<b>PR Nível I</b>	<b>1.624.993</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>1.624.993</b>
Patrimônio Líquido	1.624.993
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>11.780.310</b>
Risco de Crédito (RWA <sub>CPAD</sub> )	<b>11.067.045</b>
Risco de Mercado (RWA <sub>MPAD</sub> )	<b>654</b>
Risco Operacional (RWA <sub>OPAD</sub> )	<b>712.611</b>
<b>Requerimento Mínimo de Capital</b>	<b>-</b>
Capital Principal Mínimo Requerido <sup>(1)</sup>	<b>3.291</b>
PR Nível I Mínimo Requerido <sup>(2)</sup>	<b>89.375</b>
PR Mínimo Requerido <sup>(3)</sup>	<b>178.749</b>
<b>Parcela de risco de mercado (Rban)</b>	<b>181.317</b>
<b>Margem sobre os Requerimentos de Capital</b>	<b>-</b>
Margem sobre o Capital Mínimo Requerido	<b>1.551.869</b>
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	<b>1.535.619</b>
Margem sobre o PR Mínimo Requerido	<b>1.446.244</b>
Margem sobre o PR Mínimo Requerido incluído R <sub>BAN</sub>	<b>1.443.676</b>
<b>Índice de Capital Principal (CP / RWA)</b>	<b>13,8%</b>
<b>Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)</b>	<b>13,8%</b>
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>13,8%</b>

(1) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

(2) Representa o mínimo de 5,5% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2014, e de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015

(3) Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA.

## 27. Análise de Sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, através de medidas aderentes às melhores práticas do mercado financeiro nacional e internacional, e condizente com Basileia II.

As análises de sensibilidade são realizadas, rotineiramente, com o objetivo de avaliar as possíveis exposições do Banco em situações de estresse ou de condições extremas no mercado.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade dos ativos classificados para negociação e disponíveis para venda na carteira de tesouraria:

Fatores de Risco	Exposições Financeiras	Definição	Dezembro / 2013 - R\$ mil		
			Cenários		
			1	2	3
<b>Prefixado</b>	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas em reais		-	54.479	100.262
<b>Índice de preços</b>	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços		1.509	21.869	41.120
<b>Cupom cambial</b>	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moeda estrangeira		(3)	(535)	(1.068)
<b>Outros</b>	Exposições que não de enquadram nas definições anteriores		1	(528)	(1.056)
	<b>Total</b>		<b>1.507</b>	<b>75.285</b>	<b>139.258</b>

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários, considerando informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, Bacen, etc) em 31 de dezembro de 2013:

**Cenário 1:** A base deste cenário são as condições de mercado para os fatores de risco, tais como a curva de taxa de juros futuros DI e o câmbio do dia. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$2,35 e a taxa DI de 1 ano no nível de 9,77%a.a.

**Cenário 2:** Foi aplicado estresse de 25% sobre os dados acima (cenário 1). Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$2,94, e a taxa DI de 1 ano no nível de 12,21%a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

**Cenário 3:** Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário 1, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$3,53 e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 14,66% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

Os resultados apresentados no quadro de análise de sensibilidade refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira para o dia 31 de dezembro de 2013. Os resultados apresentados confirmam o perfil conservador do Banco da Amazônia, que mesmo com choques paralelos de 25% e 50% sobre todo o cenário de referência, apresentaram baixa variação no valor das posições detidas pela instituição.

## 28. Demonstração do resultado abrangente

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Lucro líquido ajustado Del. CVM nº 695/2012</b>	<b>182.498</b>	<b>170.306</b>
<b>Ajuste de exercícios anteriores</b>	<b>-</b>	<b>(5.100)</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>(661.124)</b>	<b>(60.092)</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(662.681)	(61.843)
Próprios - TVM Ajuste	(20.512)	15.584
Próprios - Delib. CVM nº 695/2012	18.153	(77.427)
Próprios - Planos Saldados	(660.322)	-
Realização da Reserva de Reavaliação	1.557	1.751
<b>IR e CSLL sobre Outros Lucros Abrangentes</b>	<b>172.838</b>	<b>24.037</b>
Sobre a marcação a mercado	8.208	(6.234)
Sobre a realização da reserva	(623)	(700)
Sobre ajustes da Delib. CVM nº 695/2012	165.254	30.971
Resultado Abrangente Líquido de IR e CSLL	(488.285)	(36.055)
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>(305.788)</b>	<b>129.151</b>

## 29. Informações complementares

### a) Avais e fianças prestados

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	6.338.711	5.329.427
Coobrigação em cessão de créditos - alongamento crédito rural	101.490	92.635
<b>TOTAL</b>	<b>6.440.201</b>	<b>5.422.062</b>

### b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos para itens do imobilizado, cuja cobertura é de R\$289.988 (R\$142.575 em 2012), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

### c) Contingências

**Passivos cíveis, fiscais e trabalhistas** - Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia possui demandas cíveis, fiscais e trabalhistas em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais. Utiliza-se como critério de provisão o valor estimado da perda média apurada das condenações nos últimos 5 anos por grupos/objetos, aplicando-se os valores obtidos sobre cada processo ajuizado contra o Banco. Assim, a regra atual envolve a obrigação de provisionar todos os processos cadastrados, seja pela perda média apurada, seja pelo valor de condenação.

**Outros** - referem-se a ações judiciais ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. Até 31 de dezembro de 2013, foram interpostas contra o Banco 914 ações. O saldo da provisão para cobrir futuras perdas estimadas é de R\$8.370 (R\$8.893 em 31.12.2012). No exercício, foram cumpridas 63 ações no valor de R\$7.116 (R\$20.546 em 2012).

A movimentação da provisão no período está abaixo especificada:

	Saldo Inicial	Adição	Utilização	Saldo Final
Trabalhista	24.762	41.159	(29.609)	36.312
Cível/Fiscal	30.803	24.155	(19.868)	35.090
Fundos de Investimento	8.893	6.593	(7.116)	8.370

Atualmente, a metodologia criada como critério para provisionamento, com base nas perdas médias, prevê a atualização anual da base e dos fatores de ponderação que compõem o cálculo por matéria/ação, o que neste momento, substitui a atualização monetária. Estão sendo realizados estudos para implantação de índices de correções para os registros de condenações.

### d) Depósitos em Garantia de Recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências estão abaixo demonstrados:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Demandas Trabalhistas	33.293	29.976
Demandas Fiscais	409	409
Demandas Cíveis	8.646	8.578
<b>TOTAL</b>	<b>42.348</b>	<b>38.963</b>

## Finam

O Banco da Amazônia S.A., na figura de operador do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam, vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações indicam que a possível irregularidade abrange 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$42.563 (R\$31.702 em 2012), com base no valor patrimonial da cota em 31 de dezembro de 2013. No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos.

## CONSELHO FISCAL

PARECER CF Nº 2014/001

Ref. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A - EXERCÍCIO DE 2013.

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do exercício, pela Administração da Instituição, essencialmente, pela Contadoria.

Após análise do Parecer da auditoria Independente KPMG Auditores Independentes, de 11 de fevereiro de 2014, em especial quanto aos assuntos apontados em relação à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia - CAPAF e possíveis efeitos que poderão advir do assunto mencionado na Nota Explicativa nº 24, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos estão aptos a serem apresentados à Assembléia Geral Ordinária (AGO) do Banco da Amazônia. Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2014.

## CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

PARECER CA Nº 2014/001

De acordo com o disposto no artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, o Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A., em reunião ordinária realizada nesta data, após analisar o Parecer dos Auditores Independentes, de 11.02.2014, e por considerar que os documentos representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Instituição referentes ao segundo semestre e ao exercício de 2013, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderão advir das ressalvas e limitações apontadas no Parecer dos Auditores Independentes, tomou conhecimento do Relatório da Administração da Instituição e examinou as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, manifesta-se favorável à sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária de acionistas da Sociedade. Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2014

## COMITÊ DE AUDITORIA

Resumo do Relatório Semestral - 2º semestre de 2013

O Comitê de Auditoria do Banco da Amazônia S/A tem suas atribuições básicas estabelecidas nas normas baixadas pelo Banco Central do Brasil, no Estatuto do Banco da Amazônia e no seu regimento interno, as quais, conforme praxe, foram integralmente cumpridas no 2º semestre de 2013.

### Atividades do Comitê

Este Comitê participou de todas as reuniões do Conselho de Administração e registrou em vinte e sete atas reuniões com outros entes corporativos, além de seis relatórios mensais encaminhados àquele Conselho, a sua avaliação sobre os trabalhos da auditoria interna e independente, o atendimento das demandas dos órgãos externos e a gestão da Instituição.

### A Administração do Banco

Avalia este Comitê que as medidas adotadas pela Administração estão alinhadas com boas práticas de governança corporativa, pois observam seus princípios fundamentais, como o da transparência, da equidade, da prestação de contas e da responsabilidade corporativa, razão pela qual conclui que seu desempenho foi bom.

### Auditoria Independente

A Auditoria Independente realizou seu trabalho com integral independência e o Comitê não tem reparos às conclusões por ela apresentadas em seu Parecer sobre as demonstrações financeiras de 2013.

### Auditoria Interna

Com base no resultado dos trabalhos planejados e desenvolvidos pela Auditoria Interna no período, tempestivamente acompanhados pelo Comitê de Auditoria, este colegiado concluiu que ela respondeu adequadamente às demandas e atribuições que lhe foram cometidas.

### Controles Internos

Ainda que aprimorável, pois se trata de um processo em evolução, na avaliação do Comitê de Auditoria, o sistema de controles internos do Banco da Amazônia no período considerado contempla os aspectos fundamentais a ele relacionados, com procedimentos e práticas compatíveis, possibilitando à Instituição alcançar os seus objetivos institucionais.

### Benefícios a empregados

O Comitê não tem reparos às conclusões constantes da Nota Explicativa nºs 13 (c) e 24, em que a Administração detalha esse tema, além daqueles da Auditoria Independente sobre a mesma matéria.

### Demonstrações Contábeis

Exceto quanto à exata mensuração e reconhecimento do compromisso junto à CAPAF, acima mencionado, justificado motivo de ressalva no Parecer da Auditoria Independente e pendência a ser superada em 2014, avalia o Comitê que as demonstrações contábeis, com data-base em 31/12/2013, atendem adequadamente as normas e práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, razão pela qual, ponderadas suas responsabilidades em face das limitações decorrentes do escopo de atuação, recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Belém (PA), 11 de fevereiro de 2014.

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores do  
Banco da Amazônia S.A.  
Belém - PA

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

### Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24, o Banco é patrocinador da Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF), que se encontra sob intervenção extrajudicial desde outubro de 2011. A CAPAF e o Banco, sob orientação de consultoria técnica atuarial contratada para assessorar a reestruturação do "Plano de Benefícios Previdenciários (Plano BD)" e do "Plano Misto de Benefícios (Plano MB)", administrados pela CAPAF, prouseram aos participantes a interrupção da arrecadação de contribuições dos planos, com a manutenção dos benefícios proporcionais aos participantes e assistidos (saldamentos). Considerando que a mencionada proposta atingiu, aproximadamente, 52% de adesão dos participantes e assistidos, houve consenso entre Banco e CAPAF quanto à viabilidade do saldamento dos dois planos com efetiva vigência a partir de 1º de janeiro de 2013. Como consequência, o Banco assumiu ante a CAPAF, por meio de contratos de compromissos financeiros, referentes aos participantes e assistidos que aderiram aos processos de saldamento, uma obrigação de R\$ 685.327 mil em 1º de janeiro de 2013, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 711.723 mil. Com relação à parte remanescente e não saldada dos dois planos, a PREVIC decretou a liquidação extrajudicial de ambos os planos de benefícios, por meio da qual será organizado o quadro geral de credores e os ativos serão realizados contra os passivos, conforme determina o artigo 50 da Lei Complementar nº 109/2001. Entretanto, os referidos processos de liquidação dos planos foram suspensos por meio de mandado de segurança expedido pelo Tribunal Regional Federal do Distrito Federal. Nesse contexto, nossos procedimentos de auditoria revelaram as seguintes limitações de escopo em relação às provisões atuariais e provisões contingenciais, a saber:

Limitação de escopo relacionada às provisões para contingências previdenciárias dos planos liquidados

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 13 (c) e nº 24, o Banco possui registrado, em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$ 321.686 mil, que julga necessário para cobrir as prováveis saídas de recursos decorrentes das diversas demandas judiciais contra a CAPAF e o Banco, impetradas pelos participantes e assistidos dos planos de benefícios. Entretanto, o Banco não dispõe de critérios e estudos formais de mensuração, reconhecimento e divulgação, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.823/09. O referido montante foi mensurado com base nos critérios definidos pela Deliberação CVM nº 695/12, porém considerando a paridade contributiva de 50%, sem estudos individualizados por processos judiciais e, portanto, assumindo que os participantes e assistidos teriam capacidade e condições para arcar com 50% da obrigação atuarial. Consequentemente, considerando a ausência de estudos individualizados e o provisionamento parcial da paridade contributiva de 50%, não nos foi possível concluir se o montante provisionado é suficiente para suportar as saídas de caixas provocadas pelos desfechos dos processos judiciais dos planos liquidados, bem como sobre a movimentação ocorrida no exercício e os respectivos reflexos desse tema sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Limitações de escopo relacionadas às inconsistências nos saldos de abertura do exercício findo em 31 de dezembro de 2013

O registro contábil do compromisso financeiro ante a CAPAF decorrente do saldamento, efetuado em 1º de janeiro de 2013, no montante de R\$ 685.327 mil, foi consignado diretamente em contrapartida do Patrimônio Líquido, sem que nos fosse apresentado um estudo quanto aos possíveis efeitos retrospectivos decorrentes da aplicação da Resolução CMN nº 4.007/11 e pronunciamento técnico CPC 23. Dessa forma, entendemos que não está adequado o registro deste montante integralmente no Patrimônio Líquido em 1º de janeiro de 2013 e não nos foi praticável concluir quanto ao possível impacto na reapresentação dos saldos comparativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em dezembro de 2012, a Deliberação CVM nº 695/12 tornou obrigatória a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) para as companhias abertas, com efeito a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Banco aplicou a referida Deliberação para os saldos de abertura em 1º de janeiro de 2013, de forma retrospectiva. Todavia, os saldos das provisões atuariais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram apurados com taxa de desconto em desacordo com os requerimentos da Deliberação CVM nº 695, pelo fato de não ter sido determinada, com base na taxa real de juros das Notas do Tesouro Nacional (NTN-Bs) de longo prazo. Ademais, o Banco efetuou provisão para obrigações atuariais com base na paridade contributiva de 50%, em discordância ao requerido pela Deliberação CVM nº 695. Como os saldos iniciais são computados na determinação da mutação do patrimônio líquido e do resultado do exercício subsequente, não nos foi praticável obter evidência de auditoria apropriada e suficiente em razão dos possíveis impactos desse tema na rubrica "Outros ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido e na despesa com benefícios pós-emprego registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, nos montantes de R\$ 10.892 mil e R\$ 46.077 mil, respectivamente.

#### Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos das limitações de escopo descritas no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco da Amazônia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Ênfases

##### Obrigação pelo saldamento dos planos de benefícios previdenciários

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 24, que evidencia que o Banco possui registrado, em 31 de dezembro de 2013, como outras obrigações no passivo circulante e não circulante o montante de R\$ 711.723 mil, decorrente do reconhecimento do saldamento dos planos de benefícios previdenciários. As liquidações financeiras da referida obrigação poderão ocorrer por valores diferentes daqueles consignados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, pelo fato de existir previsão contratual de reavaliações atuariais anuais, visando à manutenção do equilíbrio financeiro dos pagamentos dos benefícios aos assistidos e participantes.

##### Desfecho de ações referente à liquidação dos planos de benefício

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 24, que descreve as incertezas relacionadas aos desfechos das ações judiciais (mandados de segurança) relacionadas à suspensão dos processos de liquidação dos planos de benefícios.

#### Outros assuntos

##### Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e,

em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos das limitações de escopo relacionadas à CAPAF descritas no parágrafo "Base para opinião com ressalva", está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

##### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior reapresentados

Outros auditores independentes foram contratados com o objetivo de examinar os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota Explicativa nº 2, e emitir relatório datado em 11 de fevereiro de 2014, com abstenção de opinião, em função dos assuntos relacionados aos benefícios pós-emprego do Banco e outros, a saber: i) limitação de escopo referente aos compromissos financeiros assumidos entre o Banco e a CAPAF advindos dos saldamentos dos planos, reconhecidos de forma prospectiva em 1º de janeiro de 2013; ii) limitação de escopo referente à taxa de desconto utilizada não apurada de acordo com os requerimentos da Deliberação CVM 695/12, todavia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a taxa de desconto utilizada demonstrou aderência em relação à taxa real de juros das Notas do Tesouro Nacional (NTN-Bs) de longo prazo; iii) ressalva do déficit atuarial do plano misto não registrado no montante de R\$ 67.542 mil, entretanto, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Banco reconheceu sua dívida perante o referido plano por meio de contrato de compromisso financeiro; iv) ressalva em relação à valorização de determinados ativos mantidos até o vencimento no valor de R\$ 11.394 mil, todavia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não identificamos inconsistências relevantes nos critérios de avaliação dos referidos ativos; v) ressalva referente à adequação das obrigações atuariais pela adoção parcial de 50%, também mencionada por nós no parágrafo "limitação de escopo relacionada às provisões para contingências previdenciárias dos planos liquidados"; vi) limitação de escopo referente à realização de títulos e créditos a receber, no valor de R\$ 147.708 mil, que foram provisionados para perdas no exercício de 2013. Adicionalmente, o relatório incluía ênfase sobre a impossibilidade de mensurar o valor da contingência referente à parcela dos participantes que não aderiu ao saldamento e os efeitos sobre esse tema nas demonstrações financeiras e patrimônio de referência, também mencionado por nós no parágrafo "limitação de escopo relacionada às provisões para contingências previdenciárias dos planos liquidados".

Brasília, 11 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes	Marcelo Faria Pereira
CRC SP-014428/O-6 F-DF	Contador CRC RJ-077911/O-2

**Conselho de Administração:** João Pinto Rabelo Júnior - **Presidente**. Valmir Pedro Rossi - **Conselheiro**. Priscilla Maria Santana - **Conselheiro**. Antonio Carlos Paiva Futuro - **Conselheiro**. Antonio Ximenes Barros - **Conselheiro**. José Helder Silveira de Almeida - **Conselheiro**

**Conselho Fiscal:** Marcelo Saraiva Cavalcanti - **Presidente**. Marco Aurélio Barroso Aguiar - **Conselheiro**. Fernando Nascimento Barbosa - **Conselheiro**. João Batista de Figueiredo - **Conselheiro**.

**Diretoria Executiva:** Valmir Pedro Rossi - **Presidente**. Antônio Carlos de Lima Borges - **Diretor**. Carlos Pedrosa Júnior - **Diretor**. José Roberto de Lima - **Diretor**. Nilvo Reinoldo Fries - **Diretor**. Wilson Evaristo - **Diretor**.

**Comitê de Auditoria:** Hélio Francisco dos Santos Graça - **Presidente**. Wagner Ormanes - **Membro**

**Contador:** Maria de Belém Silva Cotta - **CRC-PA-007217/O**

## FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

### BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de Reais)

	31.12.2013	31.12.2012
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>6.041.634</b>	<b>5.957.617</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>3.401.407</b>	<b>3.561.108</b>
Recursos a Alocar	1.397.027	2.388.026
Recursos Alocados	2.004.380	1.173.082
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>35.224</b>	<b>27.670</b>
<b>PROAGRO A RECEBER- CRÉDITO RURAL</b>	<b>329</b>	<b>-</b>
<b>DEVEDORES POR REPASSES</b>	<b>794</b>	<b>762</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO DO FUNDO</b>	<b>360.352</b>	<b>328.776</b>
Financiamentos Pronaf	197.130	159.707
Financiamentos Rurais	219.946	232.385
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	11.115	9.344
<b>Provisão Operações de Crédito</b>	<b>(67.839)</b>	<b>(72.660)</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO COMPARTILHADO</b>	<b>2.328.881</b>	<b>2.104.734</b>
Financiamentos Pronaf	419.996	359.203
Financiamentos Rurais	1.042.828	1.048.655
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	402.713	369.928
Financiamentos - Comércio e Serviços	541.865	391.932
<b>Provisão Operações de Crédito</b>	<b>(78.521)</b>	<b>(64.984)</b>
<b>PROVISÃO BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>(85.353)</b>	<b>(65.433)</b>
<b>DEVEDORES POR REPASSES</b>	<b>9.227</b>	<b>9.702</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO DO FUNDO</b>	<b>988.082</b>	<b>1.007.869</b>
Financiamentos Pronaf	510.417	361.827
Financiamentos Rurais	495.070	659.723
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	2.729	6.549
<b>Provisão Operações de Crédito</b>	<b>(20.134)</b>	<b>(20.230)</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO COMPARTILHADO</b>	<b>10.090.649</b>	<b>8.336.212</b>
Financiamentos Pronaf	1.294.284	1.492.863
Financiamentos Rurais	2.453.384	1.778.480
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	2.858.802	2.396.348
Financiamentos - Comércio e Serviços	3.489.679	2.674.759
<b>Provisão Operações de Crédito</b>	<b>(5.500)</b>	<b>(6.238)</b>
<b>PROVISÃO BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA</b>	<b>(305.939)</b>	<b>(301.978)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>16.823.653</b>	<b>15.009.422</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>35.674</b>	<b>34.583</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>35.674</b>	<b>34.583</b>
Taxa de Administração	35.674	34.583
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>16.787.979</b>	<b>14.974.839</b>
<b>REPASSES DO TESOURO NO EXERCÍCIO</b>	<b>1.861.614</b>	<b>1.726.828</b>
Primeiro Semestre	996.553	941.289
Segundo Semestre	865.061	785.539
<b>REPASSES DO TESOURO NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>14.383.251</b>	<b>12.656.423</b>
<b>LUCROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>591.588</b>	<b>580.819</b>
(PREJUÍZO) LUCRO DO EXERCÍCIO	(48.474)	10.769
Primeiro Semestre	(103.538)	(43.558)
Segundo Semestre	55.064	54.327
<b>TOTAL</b>	<b>16.823.653</b>	<b>15.009.422</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de Reais)

	31.12.2013	31.12.2012
<b>R E C E I T A S:</b>	<b>867.240</b>	<b>822.214</b>
Operações de crédito	484.076	501.162
Remuneração das disponibilidades	268.276	256.771
Recuperação de créditos baixados	114.888	64.281
<b>D E S P E S A S:</b>	<b>(915.714)</b>	<b>(811.445)</b>
De administração	(372.323)	(345.365)
De remuneração agente - Pronaf	(17.522)	(12.603)
De auditoria externa	(235)	(211)
De renegociações e descontos	(48.448)	(5.581)
De bônus de adimplência	(147.002)	(165.741)
De provisão operações de crédito	(330.184)	(281.944)
<b>(PREJUÍZO) LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(48.474)</b>	<b>10.769</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de Reais)

EVENTOS	
<b>SALDO EM 31.12.2011</b>	<b>13.237.242</b>
Recursos repassados no exercício	1.726.828
Resultado no exercício	10.769
<b>SALDO EM 31.12.2012</b>	<b>14.974.839</b>
Recursos repassados no exercício	1.861.614
Resultado no exercício	(48.474)
<b>SALDO FINAL EM 31.12.2013</b>	<b>16.787.979</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de Reais)

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
(Prejuízo) Lucro no exercício	(48.474)	10.769
Despesa de provisão para operações de crédito	330.184	281.944
Despesa de provisão para bônus de adimplência	147.002	165.741
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>428.712</b>	<b>458.454</b>
(Aumento) em títulos e créditos a receber	(7.883)	(4.050)
Redução de devedores por repasses	444	755
(Aumento) em operações de crédito	(2.443.679)	(1.513.321)
Aumento em outras obrigações	1.091	1.356
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(2.450.027)</b>	<b>(1.515.260)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	1.861.614	1.726.828
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>1.861.614</b>	<b>1.726.828</b>
<b>(Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(159.701)</b>	<b>670.022</b>
<b>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	3.561.108	2.891.086
No fim do exercício	3.401.407	3.561.108
<b>(Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(159.701)</b>	<b>670.022</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

#### 1. Contextualização

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte ("FNO") foi criado pelo artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827/1989, com alterações através das Leis Ordinárias nºs 9.126/1995, 10.177/2001, 11.775/2008 e 12.716/2012, Medidas Provisórias nºs 2.196/2001 e 581/2012 e é administrado pelo Banco da Amazônia S.A. que tem sede administrativa na Avenida Presidente Vargas, 800, Belém-PA.

O FNO tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Norte, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

#### a) Área de atuação

A área de atuação do FNO contempla os sete estados que integram a base político-institucional da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 km², composta por 450 municípios.

#### b) Política de alocação de recursos

Os recursos financeiros do FNO são aplicados pelo Banco da Amazônia em conformidade com a legislação vigente e de forma alinhada às diretrizes e prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas, planos e programas para a Amazônia, como o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 - o "Plano Mais Brasil"; o Plano Brasil Maior; o Plano Brasil Sem Miséria; o Plano Amazônia Sustentável (PAS); a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); a Política Nacional de Agricultura Familiar; a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); o Plano Nacional de Turismo (PNT); o Programa Mais Cultura; a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; e às políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e agricultura, além das políticas e prioridades dos estados da Região Norte e das orientações e programas contidos no Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA).

O detalhamento das diretrizes e prioridades para concessão do crédito através dos recursos do FNO se encontra no Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo para 2013, aprovado pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

#### c) Programas de financiamento

Os recursos financeiros do FNO foram aplicados através de seis programas de financiamento, a saber: a) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF); b) Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável); c) Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade); d) Programa de Financiamento ao Empreendedor Individual (FNO-EI); e) Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (FNO-MPE); e f) Programa Emergencial para Enchentes (FNO-Emergencial).

#### d) Fiscalização

O art.19 da Lei nº 7.827/1989, define a obrigatoriedade da publicação, semestral, dos balanços devidamente auditados. Para tanto, o Banco da Amazônia mantém contrato com auditoria independente para o cumprimento deste dispositivo regulamentar.

Além disso, o Fundo é fiscalizado, também, pela Corregedoria Geral da União (CGU)/Tribunal de Contas da União (TCU).

#### 2. Base para a preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais, sobretudo a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 e Portaria Interministerial MIN/MF nº 11 de 28 de dezembro de 2005.

A emissão das demonstrações financeiras do FNO foi autorizada pelo Banco Administrador em 11 de fevereiro de 2014.

#### a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

#### b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional do FNO. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco da Amazônia S.A., enquanto administrador do FNO, são:

**a) Apropriação de receitas e despesas**

As receitas são oriundas de:

- encargos financeiros das operações de crédito;
- recuperações de créditos baixados; e
- remuneração dos recursos disponíveis paga pelo Banco da Amazônia S.A.

As despesas são decorrentes de:

- taxa de administração;
- remuneração do agente financeiro PRONAF;
- serviços de auditoria externa;
- descontos e/ou expurgo de encargos financeiros, concedidos por ocasião das renegociações de créditos, quando autorizados por normativos dos órgãos reguladores;
- provisões de bônus de adimplência; e
- provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.

Os encargos financeiros das operações de crédito são calculados de acordo com as regras definidas pela Lei nº 10.177/2001 e suas alterações, enquanto que nos financiamentos vinculados ao PRONAF e PROCERA os encargos variam de acordo com a legislação e regulamento constante no Manual de Crédito Rural, nos capítulos 10 e 18, do Banco Central do Brasil.

**b) Taxa de administração**

A taxa de administração devida ao Banco da Amazônia S.A. é calculada mensalmente, aplicando 0,25% sobre o patrimônio líquido reduzido pelos saldos médios diários das operações de crédito vinculadas ao PRONAF B, A/C e Floresta, ou 20% dos recursos ingressados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dos dois métodos o de menor valor, na forma do art. 3º do Decreto nº 5.641/2005.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalente de caixa são representados pelos saldos dos recursos do FNO depositados no Banco da Amazônia S.A., enquanto não liberados aos tomadores, formado pelas transferências oriundas do Tesouro Nacional e dos retornos dos financiamentos, remunerações pela taxa extra-mercado do BACEN, deduzindo as liberações de crédito, o del credere, as remunerações do agente financeiro PRONAF, as renegociações de operações já honradas pelo Banco da Amazônia S.A. e fundos garantidores e as despesas de taxa de administração e serviços de auditoria externa.

**d) Devedores por repasses**

Os devedores por repasses estão demonstrados pelo valor do principal da operação de crédito, acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência.

**e) Operações de crédito**

As operações de crédito são demonstradas pelo valor principal acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência. Nos créditos com risco compartilhado, os encargos de inadimplência incidentes sobre cada parcela vencida são registrados em contas retificadoras de rendas a apropriar.

As operações de crédito vencíveis nos próximos 12 meses do fechamento de balanço são classificadas no ativo circulante e as vencíveis acima deste período são classificadas no ativo realizável a longo prazo.

De acordo com a legislação vigente, o risco das operações com recursos do FNO está assim distribuído:

1. Risco integral do Fundo - operações vigentes contratadas até 30 de novembro de 1998, financiamentos vinculados aos programas do PROCERA, PRONAF A, B, A/C, Floresta, linha de crédito emergencial e operações de repasses a outras instituições financeiras;
2. Risco compartilhado (50% para o Banco e 50% para o Fundo) - operações vigentes contratadas a partir de 1 de dezembro de 1998.

**f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão das operações de crédito consiste no total das parcelas de principal e encargos vencidas a partir de 180 dias, sendo baixadas como prejuízo quando atingem 360 dias de atraso, conforme disposto na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005. Com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 244/2008, as operações de crédito renegociadas com base na Lei nº 11.775/2008 retornaram à carteira com o seu respectivo registro de provisão, assim constituído:

- montante das parcelas que já haviam sido baixadas como prejuízo; e/ou
- valor da provisão existente antes da referida renegociação.

Essa provisão está registrada totalmente no realizável a longo prazo.

As renegociações das operações de crédito ocorridas através de normas internas do Banco operador revertem provisão, se existente, em função do retorno do crédito à normalidade.

**g) Provisão para bônus de adimplência**

Em conformidade com os normativos legais para os Fundos Constitucionais são concedidos bônus de adimplência aos tomadores de crédito, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do vencimento.

A Provisão para bônus de adimplência é constituída somente para as operações em situação de normalidade, considerando todo o bônus a ser concedido até o vencimento final da operação.

**h) Patrimônio líquido**

Os recursos repassados e creditados diretamente ao patrimônio líquido estão representados pelos valores originais depositados no Banco da Amazônia S.A., acrescidos dos resultados operacionais.

**i) Demonstrativos financeiros**

As demonstrações contábeis do FNO foram elaboradas na forma da Lei das Sociedades por Ações, sendo observada a legislação específica para os Fundos Constitucionais de Financiamento.

Os saldos do FNO estão disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), por força da Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

**j) Isenção tributária**

Conforme o artigo 8º da Lei nº 7.827/1989, o FNO goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento desonerados de qualquer tributo ou contribuição.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

**a) Composição**

	31/12/2013	31/12/2012
Recursos a alocar	1.397.027	2.388.026
Recursos alocados	2.004.380	1.173.082
	<b>3.401.407</b>	<b>3.561.108</b>

**b) Rendas sobre valores disponíveis**

	31/12/2013	31/12/2012
Remuneração das disponibilidades	268.276	256.771

**5. Operações de crédito**

**a) Composição da carteira:**

	Risco do Fundo					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Normal	Vencidos	Total	Normal	Vencidos	Total
Indústria, comércio e serviço	9.916	3.928	13.844	11.203	4.690	15.893
Pronaf	653.306	54.241	707.547	559.265	52.646	611.911
Rurais	636.834	78.182	715.016	716.050	85.681	801.731
Provisão para operações de crédito	(20.134)	(67.839)	(87.973)	(20.230)	(72.660)	(92.890)
Devedores por repasses	10.021	-	10.021	10.464	-	10.464
	<b>1.289.943</b>	<b>68.512</b>	<b>1.358.455</b>	<b>1.276.752</b>	<b>70.357</b>	<b>1.347.109</b>

	Risco do Compartilhado					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Normal	Vencidos	Total	Normal	Vencidos	Total
Indústria, comércio e serviço	7.170.916	122.143	7.293.059	5.726.700	106.267	5.832.967
Pronaf	1.591.366	122.914	1.714.280	1.739.452	97.396	1.836.848
Rurais	3.274.995	221.217	3.496.212	2.611.872	230.481	2.842.353
Provisão para operações de crédito	(5.500)	(78.521)	(84.021)	(6.238)	(64.984)	(71.222)
	<b>12.031.777</b>	<b>387.753</b>	<b>12.419.530</b>	<b>10.071.786</b>	<b>369.160</b>	<b>10.440.946</b>

Circulante	-	-	2.690.027	-	-	2.434.272
Não circulante	-	-	11.087.958	-	-	9.353.783

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do  
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO  
(Administrado pelo Banco da Amazônia S.A.)  
Belém - PA

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das evoluções do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração com base nas práticas contábeis apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas na Nota Explicativa nº 3 e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos do Fundo para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinão

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, que descreve a sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório, sem modificação, datado de 31 de janeiro de 2013, o qual contém parágrafo de ênfase relacionado ao mesmo assunto mencionado por nós no parágrafo de ênfase acima.

**b) Movimentação da provisão das operações de crédito**

Nas provisões dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram registradas as baixas das parcelas de principal e de encargos vencidas há mais de 360 dias, a seguir demonstrada:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo Inicial	(164.112)	(205.983)
Risco Integral FNO	(92.890)	(118.339)
Risco Compartilhado	(71.222)	(87.644)
Provisões constituídas	(330.184)	(281.944)
Risco Integral FNO	(136.128)	(126.267)
Risco Compartilhado	(194.056)	(155.677)
Valores baixados	322.302	323.815
Risco Integral FNO	141.045	151.716
Risco Compartilhado	181.257	172.099
Saldos no fim do exercício	(171.994)	(164.112)
Risco Integral FNO	(87.973)	(92.890)
Risco Compartilhado	(84.021)	(71.222)

**c) Créditos baixados**

As parcelas de principal e encargos pendentes de pagamento há mais de 360 dias foram baixadas como prejuízo, cujo montante no exercício foi de R\$503.559 (R\$495.914 em 2012), sendo que R\$181.257 (R\$172.099 em 2012) foi assumido pelo Banco.

**d) Renegociações**

As operações de crédito renegociadas no exercício totalizaram R\$44.670 (R\$111.219 em 2012) sendo que 226 (684 em 2012) operações, no valor de R\$25.058 (R\$88.704 em 2012) foram regularizadas por ação administrativa do agente financeiro e 483 (2.701 em 2012) operações, correspondente a R\$19.612 (R\$22.515 em 2012) tiveram por base medidas emanadas pelo Governo, especialmente a Resolução CMN nº 4028/2011.

**e) Recuperação de créditos baixados**

O Fundo foi ressarcido pelo valor de R\$114.888 (R\$64.281 em 2012) e o Banco da Amazônia com R\$57.464 (R\$42.595 em 2012), referentes às recuperações de créditos baixados como prejuízo, entre renegociações e pagamentos pelos financiados.

**f) Outras despesas**

Foi ressarcido ao Banco da Amazônia o valor de R\$29.662, referente ao diferencial entre o valor pago pelo mutuário e o honrado integralmente pelo Banco ao Fundo, em função de sentença judicial transitado em julgado a favor do financiado.

**g) Renda de operação de crédito**

	31/12/2013	31/12/2012
Indústria, comércio e serviço	360.820	339.688
Rural e pronaf	123.256	161.374
	<b>484.076</b>	<b>501.062</b>

**6. Provisão para bônus de adimplência**

**a) Movimentação**

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	(367.411)	(319.775)
Constituição/(reversão)	(147.002)	(165.741)
Concessão	123.121	118.105
Saldo final	(391.292)	(367.411)

**b) Despesas**

	31/12/2013	31/12/2012
Despesas com bônus no exercício	(147.002)	(165.741)

**7. Taxa de Administração**

Taxa de Administração é calculada mensalmente, aplicando-se o percentual de 3% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo limitado em cada exercício, a 20% do valor das transferências de que trata o art. 3º do Decreto nº 5.461/2005, efetuadas pelo Tesouro Nacional.

**a) Obrigações**

	31/12/2013	31/12/2012
Taxa de administração a pagar	35.674	34.583

Refere-se ao valor apropriado no mês de dezembro, cujo desembolso ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.

**b) Despesas**

	31/12/2013	31/12/2012
Taxa de administração no exercício	372.323	345.365

A taxa de administração no exercício foi constituída atentando-se para o limitador de 20% dos repasses do Tesouro, conforme determina o art. 3º do Decreto nº 5.641/2005.

**8. Patrimônio líquido**

O Patrimônio Líquido corresponde ao saldo do exercício anterior acrescido das transferências do Tesouro Nacional e do Superávit ou Déficit do exercício. De acordo com o art. 6º, inciso I, da Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, os repasses do Tesouro Nacional aos Fundos Constitucionais de Financiamento são provenientes de 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, na forma do art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, cabendo ao FNO o percentual de 0,6% daquele montante arrecadado. Os saldos das transferências do Tesouro Nacional e do (Prejuízo)/Lucro do exercício em 31/12/2013 e 31/12/2012 são os seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012
Repasses do Tesouro no exercício	1.861.614	1.726.828
Repasses do Tesouro nos exercícios anteriores	14.383.251	12.656.423
Lucros de exercícios anteriores	591.588	580.819
(Prejuízo) Lucro do exercício	(48.474)	(10.769)
	<b>16.787.979</b>	<b>14.974.839</b>

**9. Contingências**

Até o final do exercício de 2013 e 2012, o Administrador não teve conhecimento da existência de quaisquer obrigações contingentes imputáveis ao Fundo e que devam ser objeto de registro contábil. Estas avaliações são efetuadas com o apoio da consultoria jurídica do Administrador Banco da Amazônia S.A.

**10. Partes relacionadas**

O FNO realiza transações bancárias com seu Administrador, o Banco da Amazônia S.A. A remuneração sobre os valores disponíveis é calculada e registrada, mensalmente, mediante a aplicação da taxa extra-mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme previsto no § 5º do art. 3º-A, da Lei nº 7.827, incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, o que impossibilita a aplicação dos recursos disponíveis com outro indexador de rentabilidade.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e créditos a receber, outras obrigações e demais transações entre partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas normais de mercado, tomando como parâmetro as taxas médias praticadas com terceiros e levando em conta a presumível ausência de risco.

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Ativo</b>		
Caixa e equivalentes de caixa - Nota 4	3.401.407	3.561.108
Títulos e Créditos a receber (a)	35.224	27.670
Proagro a Receber - Crédito Rural (b)	329	-
<b>Passivo</b>		
Taxa de administração a pagar	35.674	34.583
<b>Resultado</b>		
Rendas de remuneração das disponibilidades-Nota 4	268.276	256.771
Despesas de administração e remuneração agente Pronaf	389.845	357.968
Despesas de reembolsos operações indenizadas	29.662	-

(a) Os títulos e créditos a receber serão realizados no segundo dia útil subsequente, conforme Portaria Interministerial nº 11/2005, e estão assim constituídos:

- Valores assumidos pelo Banco por ocasião da transferência para prejuízo de operações de crédito de risco compartilhado, no mês de dezembro.

- Valores das amortizações de créditos baixados como prejuízo, que foram recebidos nos dois últimos dias úteis do mês de dezembro.

(b) O Proagro a Receber é constituído pelos valores das parcelas de financiamentos rurais e das despesas de comprovação de perdas imputáveis ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), aguardando ressarcimento pelo Banco Central do Brasil.

**11. Gerenciamento de riscos**

A Gestão de Riscos do FNO está inserida no ambiente de controle do Banco da Amazônia S.A, seu administrador, e tem como objetivo permear os riscos existentes em todas as atividades do FNO, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos, contribuindo para que os objetivos sejam alcançados, as causas geradoras de danos sejam eliminadas, ou os efeitos sejam mitigados de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos.

**a) Risco de crédito**

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores dos financiamentos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

No caso do FNO, para se alinhar às boas práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão do seu capital econômico, o Banco da Amazônia S.A., na função de Administrador deste Fundo Constitucional, utiliza sua política de risco de crédito, que tem como propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o FNO atua como uma das contrapartes.

A constituição da provisão para operações de crédito é feita utilizando-se os critérios estabelecidos na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005, na qual a provisão é realizada considerando o total das parcelas de principal e encargos vencidas a partir de 180 dias, sendo baixadas como prejuízo quando atingem 360 dias de atraso, sobre a carteira de financiamentos, cujo risco é atribuído ao FNO.

O FNO possui parte de sua carteira com risco compartilhado com seu banco administrador.

**b) Risco de mercado**

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.